

TRABALHANDO COM O

BRASIL



BRASIL: um parceiro chave para a OCDE



Com um Produto Interno Bruto de US\$ 3,147 trilhões e uma população de 208 milhões de habitantes, o Brasil é a sétima maior economia do mundo. É o terceiro maior país não membro da OCDE e, nas últimas duas décadas, tem sido o Parceiro Chave mais engajado com a OCDE e uma fonte valiosa de experiência em políticas públicas. A participação do Brasil nas atividades da OCDE enriqueceu nosso trabalho e nos ajudou a encontrar soluções para desafios globais. *O Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-17* adotou uma abordagem que incluiu todo o governo brasileiro, transformando nossa cooperação que já era próxima em uma verdadeira parceria.

O pedido do Brasil para a adesão à OCDE é um sinal de que o país está pronto para consolidar ainda mais sua agenda de reformas. O processo de adesão é profundamente transformacional e visa aproximar os candidatos a adesão aos princípios de boas práticas da OCDE. Este também oferece uma oportunidade para que o país candidato e os países membros da OCDE trabalhem juntos efetivamente em uma vasta gama de questões de políticas públicas. De fato, o papel do Brasil na família OCDE está aumentando constantemente, participando de mais órgãos, projetos e programas da OCDE e aderindo a mais instrumentos da OCDE do que qualquer outro país parceiro.

Este é um momento crucial para o futuro do Brasil. A severa crise econômica está sendo deixada para trás e os ambiciosos esforços do Brasil em se reformar e consolidar o equilíbrio fiscal do governo e promover estabilidade macroeconômica – incluindo a indispensável reforma da previdência – estão abrindo caminho para um crescimento mais sustentável.

No futuro, o Brasil precisa continuar enfrentando o alto nível de desigualdade que afeta tanto o bem-estar da população quanto o crescimento econômico. O país também precisa aumentar os níveis de investimento, melhorando o ambiente de negócios e acesso a crédito, promover inclusão de gênero e oportunidades para mulheres, além de fortalecer sua participação nas cadeias globais de valor para colher e redistribuir de forma mais ampla os benefícios da globalização. A OECD está pronta para apoiar o Brasil nestes desafios.

Esta brochura fornece um resumo desta cooperação extensiva, crescente e mutualmente benéfica entre Brasil e OCDE. Esperamos aprofundar ainda mais o nosso engajamento mútuo e continuar a desenhar, desenvolver e implementar políticas melhores para vidas melhores no Brasil.

ANGEL GURRÍA, *Secretário-Geral da OCDE*

Índice

A OCDE E O BRASIL	2	EMPREGO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	38
O primeiro Parceiro Chave a pedir adesão à OCDE	4	Criando empregos	39
Programa Conjunto de Trabalho 2016-17	6	Promovendo coesão social e territorial	39
O papel construtivo do Brasil na família da OCDE: resultado de décadas de cooperação, “força da realidade”	8	Garantindo um sistema de pensão eficiente e sustentável	40
Encontrando soluções globais no G20	10	Combatendo a desigualdade de gênero	41
Parceria com a América Latina	12	Educando e capacitando as novas gerações com as competências certas	42
		Medindo o bem-estar	44
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, EQUILIBRADO E INCLUSIVO	15	Promovendo coesão social e territorial	46
Fortalecendo o crescimento econômico	16	INDUSTRIA E INOVAÇÃO	46
Aumentando a produtividade agrícola e a segurança familiar	18	Construindo uma economia baseada no conhecimento	48
Promovendo o crescimento verde	20	Promovendo uma indústria do aço vibrante	49
Aprimorando a participação nas cadeias globais de valor	21	MEIO AMBIENTE E ENERGIA	50
O BOM FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS	23	Fomentando o desenvolvimento sustentável	51
Estimulando o comércio	24	Promovendo a boa governança da água	52
Revigorando o investimento internacional	26	Desenvolvendo a estratégia energética	53
Promovendo concorrência saudável	27	Aprimorando a energia nuclear e outras aplicações nucleares	54
Fortalecendo a educação financeira	28	Fortalecendo a segurança química e transgênica	55
Reforçando a proteção ao consumidor	29	UM ATOR GLOBAL E REGIONAL	56
GOVERNANÇA PÚBLICA E CORPORATIVA	30	Promovendo uma cooperação efetiva para o desenvolvimento	57
Melhorando o ambiente de negócios	31	Buscando a colaboração dos sindicatos, da comunidade empresarial e das fundações	58
Fortalecendo a governança corporativa e de empresas estatais	32	ANEXOS	60
Combatendo a corrupção transnacional	33	OCDE de hoje: melhores políticas para uma vida melhor	60
Aprimorando a transparência e a conformidade fiscais	34	Instrumentos jurídicos da ocde: facilitando a cooperação internacional	61
Fortalecendo a eficiência orçamentária e do gasto público	35	Participação do Brasil nos órgãos da OECD	63
Promovendo transformação digital no setor público	36		

A OCDE E O BRASIL



TRABALHANDO JUNTOS



O primeiro Parceiro Chave a pedir adesão à OCDE

A cooperação entre o Brasil e a OCDE data do início da década de 1990, quando a OCDE começou a trabalhar com quatro países latino americanos (incluindo também Argentina, Chile e México). O Brasil juntou-se ao seu primeiro Comitê da OECD, o Comitê do Aço, em 1996 e tornou-se membro do Centro de Desenvolvimento em 1997. Desde então, a cooperação tem crescido constantemente, e o Brasil é hoje o Parceiro Chave mais engajado da Organização.

Consolidando esta cooperação crescente e mutualmente benéfica, o Brasil apresentou seu pedido de adesão à OCDE na Reunião Ministerial do Conselho (MCM) em Maio 2017.

Com um Produto Interno Bruto de US\$ 3,147 trilhões* e uma população de 208 milhões de habitantes, o Brasil é a sétima maior economia do mundo. A sua expressão formal de interesse em se juntar à OCDE é portanto, de grande importância estratégica, e ainda mais, por ser a primeira a vir de um Parceiro Chave

“O Governo brasileiro solicitou acesso à OCDE - Organização de que somos Parceiro Chave e cujo acervo normativo já é amplamente compatível com a legislação brasileira.”

Michel Temer, Presidente do Brasil



1996

Durante o governo do Presidente Cardoso, o Brasil juntou-se ao seu primeiro Comitê da OCDE (o Comitê do Aço).



1999

Ministro da Fazenda Luís Felipe Lampreia na OCDE.



2000

O Brasil se juntou a Convenção Anticorrupção e Recomendação do Conselho contra Cartéis da OCDE.



2007

O Brasil é convidado a “fortalecer o engajamento” com a OCDE, posteriormente conhecido como Parceria-Chave.



2008

Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim visita à sede da OCDE.



2009

Ministro da Fazenda Mantega lança um Relatório Econômico com o Secretário Geral Gurría em Brasília.

*PIB em PPP a preços internacionais de 2016. Fonte: World Bank.



Michel Temer, Presidente do Brasil, e **Angel Gurría**, Secretário-Geral da OCDE, durante o Fórum Econômico Mundial 2018 em Davos, Suíça.



2013

Sob o comando do Ministro da Educação Aloísio Mercadante, o Brasil se torna Vice-Presidente do PISA.



2014

OCDE lança o *Índice Better Life* em português em São Paulo com a lenda do futebol Pelé.



2015 (junho)

Brazil assina o Acordo de Cooperação e o Programa Conjunto de Trabalho 2016-17.



2015 (novembro)

Presidente Rousseff recebe o Secretário-Geral Gurría por ocasião do Relatório Econômico.



2016 (junho)

Reunião Ministerial do Conselho da OCDE (MCM) Ministro José Serra se encontra com o Secretário-Geral Gurría durante MCM 2016.



2017 (junho)

MCM Brasil apresenta pedido de adesão à OCDE.

Programa Conjunto de Trabalho 2016-17

Em 2015, o *Acordo de Cooperação* foi assinado, fortalecendo o engajamento político do Brasil com a OCDE. O acordo levou a um programa trabalho conjunto entorno de prioridades comuns: a **Declaração Conjunta sobre o Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-17**, projetado para dar suporte ao Brasil no avanço de sua agenda de reformas e suas políticas públicas. Alguns de seus principais resultados se encontram destacados ao longo desta brochura.

O lançamento do Programa também relançou um Grupo de Trabalho Interministerial sobre a OCDE liderado pelo Ministério das Relações Exteriores, inicialmente criado em 2007, como mecanismo de orientação e monitoramento da cooperação com a Organização. Este grupo realiza reuniões e consultas inter-ministeriais periódicas com representantes de mais de 30 ministérios, agências e órgãos governamentais.

O Programa ajudou a estruturar e orientar o trabalho da Organização com o Brasil, facilitando os fluxos de informação e a mobilização de recursos. Uma avaliação detalhada da implementação do Programa foi realizada pelo Secretariado da OCDE e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, durante a visita do Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros e Sherpa do G20, Embaixador Carlos Márcio Cozendey, 27-28 de março, confirmando o sucesso da implementação do Programa.



Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial da OCDE, Palácio do Itamaraty, Brasília, junho 2017.



Assinatura do Acordo de Cooperação Brasil-OCDE, Sede da OCDE, Paris, junho 2015.

Programa Conjunto de Trabalho 2016-17

Principais resultados

Em diversas áreas, o Programa de Trabalho 2016-17 permitiu um maior aprofundamento da cooperação:

- **Educação:** Como Vice-Presidente do Programa da OCDE para Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), o Brasil recebeu a 42ª reunião do Conselho de Administração do PISA em Brasília, em outubro de 2016. Em agosto de 2016, o Brasil aceitou o convite para participar do próximo ciclo da Pesquisa Internacional da OCDE sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS) e se tornou um participante de seu Conselho de Administração. Atualmente, a OCDE está realizando uma revisão de Garantia da Qualidade do Sistema de Ensino Superior do Brasil (veja página 42).
- **Auditoria Interna:** A forte cooperação da OCDE com o Tribunal de Contas da União (TCU) resultou em duas importantes publicações: *Parceiros para uma Boa Governança: Supervisão, Conhecimento e Prevenção de Instituições de Auditoria Superiores* (setembro de 2016) e *Tribunal de Contas da União: Supervisão e Prevenção por uma melhor Governança* (agosto de 2017). Um novo projeto de três anos foi assinado em dezembro de 2017 para aprofundar ainda mais esta cooperação (veja a página 35).
- **Ciência e Tecnologia:** Com base na intensa cooperação nesta área, o Brasil se juntou e participa ativamente do Grupo de Peritos SPDE / MADE sobre Melhorar a Base de Evidências para a Segurança Digital e a Política de Riscos de Privacidade (veja a página 48).

O Programa permitiu ao Brasil compreender melhor projetos específicos da OCDE em áreas importantes:

- **Comércio internacional:** O relatório *O Papel dos Serviços no Desempenho Econômico do Brasil* (outubro de 2016) analisa a importância do setor de serviços na economia brasileira e sublinha a importância de racionalizar quadros regulatórios

setoriais para incentivar a entrada de empresas estrangeiras e assim a concorrência com o exterior. O relatório *Facilitação de Comércio no Brasil: Análise e Opções de Políticas Públicas* (a ser lançado em 2018) apresenta atual estado da facilitação do comércio no Brasil, com base nos resultados de uma pesquisa entre uma ampla gama de atores do setor privado e do governo envolvidos no comércio exterior brasileiro (veja a página 24).

- **Tributação:** Refletindo a participação ativa do Brasil no projeto BEPS, o país realizou um Seminário de quatro dias sobre Preços de Transferência em Brasília, em junho de 2017, com a participação de altos funcionários da Receita Federal e da OCDE. Um programa de trabalho específico nesta área está sendo implementado em 2018 (veja página 34).

O Programa serviu ainda para expandir a parceria para novas áreas:

- **Turismo:** O Brasil está integrado no relatório da OCDE *Tendências e políticas do Turismo 2016, que contém uma nota específica sobre o Brasil*.
- **PMEs:** O Brasil também está totalmente integrado ao relatório de *Financiamento de PMEs e Empreendedores 2017, que contém uma nota específica sobre o Brasil*.
- **Reforma da Previdência:** Em apoio às prioridades de reforma do governo, a OCDE produziu uma *Análise sobre a Reforma da Previdência do Brasil* examinando o atual sistema do país e a proposta de reforma do governo em discussão no Congresso (veja página 40).

O Programa ainda baseou-se na cooperação da OCDE com o Brasil no âmbito do G20, criando sinergias em particular nas áreas de governança corporativa, anticorrupção e tributação (veja página 10).

O papel construtivo do Brasil na família da OCDE: resultado de décadas de cooperação, “força da realidade”

Hoje, o Brasil está mais engajado em sua cooperação com a OCDE do que qualquer outro Parceiro Chave ou país a ter apresentado sua candidatura à adesão. O Brasil é um “Associado” (ou “Membro”), ou seja, participa em pé de igualdade com os membros da OCDE, em sete órgãos da OCDE e dois projetos, incluindo os BEPS, que ocupa a Vice-Presidência no Conselho de Administração do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA). Além disso, o Brasil também é “Participante” em outros 17 Órgãos da OCDE (ver Anexos).

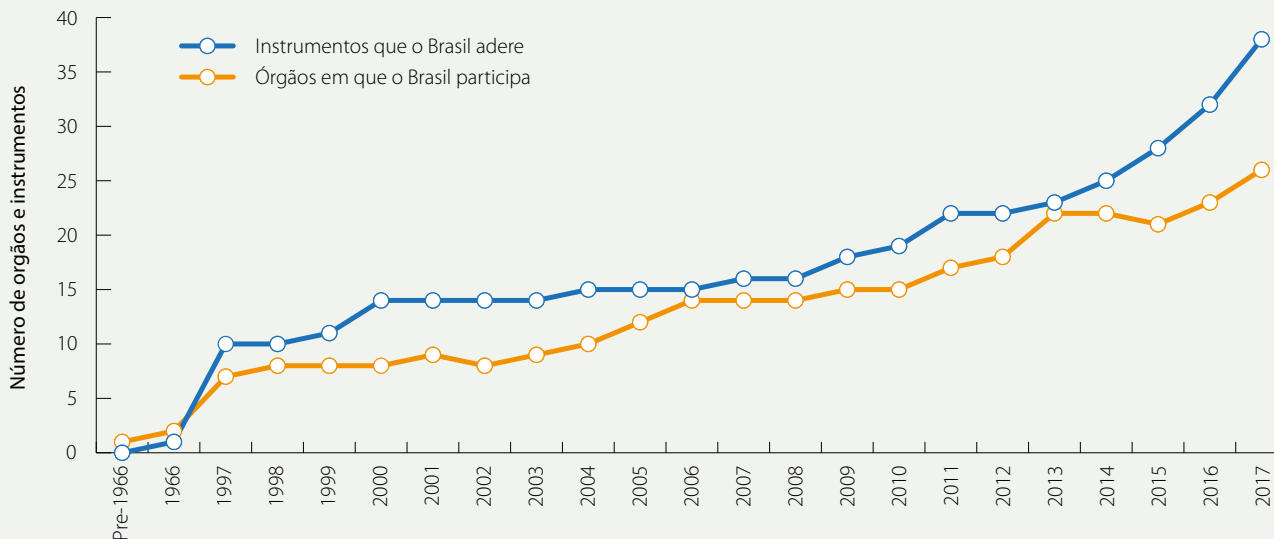
Além disso, o Brasil aderiu a 37 instrumentos jurídicos da OCDE, que são as normas, melhores práticas e diretrizes políticas elaboradas pelos comitês da Organização. Refletindo o crescente envolvimento com a Organização, o Brasil solicitou recentemente a adesão a 76 instrumentos adicionais, inclusive aos Códigos de Liberalização de Movimentos de Capital e Operações Correntes Invisíveis.

“Nesse contexto, a participação do Brasil na OCDE, na perspectiva do Itamaraty, impõe-se por força da realidade. Principismos à parte, não convém ao Brasil alijar-se do debate de temas seminiais que influenciam negociações internacionais e debates internos sobre a gestão de políticas públicas. (...) A decisão do presidente Michel Temer de solicitar a acessão do Brasil à OCDE foi uma consequência natural da contínua presença do nosso país na organização. E deverá acelerar a nossa atuação, tendo em vista que praticamente todos os temas que deverão pautar a agenda internacional e os debates internos no Brasil nos próximos anos estarão sendo discutidos na OCDE. A acessão do Brasil, nesse contexto, terá o mérito de conferir maior coerência e consistência à participação brasileira, enquanto permite que possamos melhor influenciar esses debates.”



Aloysio Nunes Ferreira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Parceria em Órgão e projetos e adesão a instrumentos legais da OCDE



Fonte: Relações Globais da OCDE



📍 O Embaixador **Carlos Márcio Cozendey** participou da Reunião do Grupo de Estratégia Global (GSG) na OCDE, Paris, França, Novembro 2017.

Encontrando soluções globais no G20

A OCDE forjou uma parceria ativa com o Brasil no âmbito do G20, para fortalecer a economia global, acelerar a recuperação da crise e promover um processo de globalização mais inclusivo, regulamentado e aberto.

A OCDE apoia o trabalho do G20 em uma vasta gama de questões, refletindo a diversidade da experiência da OCDE em políticas públicas. O trabalho se divide em diferentes áreas: agricultura, anticorrupção, desenvolvimento, emprego e políticas sociais, energia, meio ambiente, crescimento inclusivo, reforma estrutural ou comércio internacional e investimento.

O Brasil é um participante ativo na agenda fiscal do G20/OCDE, principalmente através do *Quadro Inclusivo Sobre Erosão Base e Deslocamento de Lucros (BEPS)* com seus mais de 100 membros. Além do compromisso de implementar o pacote de medidas acordado para combater o BEPS, o país também participa da direção desse trabalho como parte do Grupo Diretor. O

Brasil também se juntou aos esforços liderados pelo G20 para combater a evasão fiscal através de uma maior transparência, como membro do *Fórum Mundial de Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais*, organizado pela OCDE, inclusive como parte do Grupo Diretor do Fórum e do seu Grupo de Revisão por Pares. O Brasil comprometeu-se tanto na troca de informações por pedido quanto na troca automática de padrões de informação monitorados pelo Fórum Global.

A OCDE também é parceira ativa do Brasil no contexto das iniciativas do G20 sobre segurança alimentar, volatilidade dos preços dos alimentos e produtividade na agricultura. Embora a insegurança alimentar crônica persista como um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável em muitas economias em crescimento, em menos de três décadas o Brasil passou de importador a exportador líquido de alimentos, devido ao aumento da produção e da produtividade. Sob a Presidência da Argentina no G20, a OCDE está pronta para continuar contribuindo nesta área.



☉ Seminário "A Colaboração entre o Brasil e a OCDE, o G20 e a política externa do Brasil. Da esquerda para a direita: **Andreas Schaal**, Diretor de Relações Globais da OCDE, Embaixadora **Annika Markovic**, Embaixadora da Suécia para a OCDE, Embaixador **Carlos Márcio Cozendey**, Vice Ministro das Relações Exteriores, **Gabriela Ramos**, Chefe de Gabinete da OCDE e Sherpa para o G20, Embaixador **Paulo Vizeu Pinheiros**, Embaixador de Portugal para a OCDE, e Embaixador **Paulo Cesar de Oliveira Campos**, Embaixador do Brasil para a França. Paris, França. Março 2017



📍 Cúpula do G20 em Hamburgo, 7 de julho de 2017.

O Brasil tem participado de uma série de outras iniciativas do G20, onde a OCDE desempenha um papel de importante facilitador. Por exemplo, o Brasil é um membro ativo do Fórum Global sobre Excesso de Capacidade de Aço, criado pelos Líderes do G20 na Cúpula de Hangzhou em 2016 e facilitado pela OCDE, cujo objetivo é abordar as causas do excesso de capacidade no mercado global de aço através da cooperação multilateral. O trabalho conjunto no âmbito do G20 também levou ao pedido do Brasil de se juntar ao Código de Liberalização de Movimentos de Capital da OCDE e seu envolvimento ativo na revisão do Código. O Brasil também é co-presidente do Grupo de Trabalho de Infraestrutura do G20, reafirmado este ano pela Presidência da Argentina, um grupo que a OCDE está apoiando ativamente através do seu trabalho no desenvolvimento de investimento em infraestrutura como uma classe de ativos.

Finalmente, como aderente desde 2000 da Convenção da OCDE sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção Anti-Suborno da OCDE), o Brasil tem desempenhado um importante papel no progresso alcançado pelo Grupo de Trabalho Anti-Corrupção do G20 (ACWG) em áreas-chave. Em 2017, a OCDE apoiou a co-presidência do G20 ACWG no Brasil, que deu bons resultados aos líderes do G20 na Cúpula de

Hamburgo, incluindo uma iniciativa liderada pelo Brasil para fortalecer a cooperação internacional em processos civis e administrativos relacionados à corrupção nos países do G20.

www.oecd.org/g20

“Nossa cooperação com o Brasil no âmbito do G20 tem sido muito produtiva, com o objetivo de promover soluções multilaterais inovadoras e pragmáticas para desafios globais. Nos últimos anos, o Brasil tem sido um parceiro crucial em importantes projetos liderados pela OCDE, como a luta contra a evasão fiscal (BEPS). Durante a Presidência alemã do G20, a OCDE e o Brasil também trabalharam em estreita colaboração ao estabelecer, de acordo com o pedido dos líderes do G20 em Hangzhou, o Fórum Global (GFSEC) - que aborda a questão do excesso de capacidade global do aço. Também colaboramos ativamente com as autoridades brasileiras no combate à corrupção e infraestrutura. Estamos ansiosos para ampliar a colaboração com o Brasil, e reforçar o papel do G20 como um dos principais fóruns para a cooperação econômica internacional.”



Gabriela Ramos, Chefe de Gabinete da OCDE e Sherpa para o G20

Parceria com a América Latina

Lançado na Reunião do Conselho Ministerial da OCDE de 2016, o Programa Regional da OCDE para a América Latina e o Caribe (LACRP) tem como objetivo apoiar os países da região no avanço das agendas de reforma ao longo de três prioridades regionais principais: aumentar a produtividade, promover a inclusão social e fortalecer instituições e governança, respondendo à crescente conscientização sobre a necessidade de melhores políticas e reformas estruturais para garantir maiores taxas de crescimento e sustentar o desenvolvimento econômico e social.

O Brasil tem participado ativamente do LACRP como membro do seu Grupo Diretor, composto por membros da OCDE e vários parceiros latino-americanos, e fornece orientação estratégica para as atividades do Programa. O Brasil também participa de uma série de atividades do Programa, como redes de políticas regionais em áreas como competição, governança corporativa, empresas estatais, assuntos fiscais, regulação, investimento, governo aberto e orçamento público.

Prioridades Temáticas do Programa Regional OCDE da ALC



O LACRP dá suporte para reformas em diversas áreas de políticas públicas junto com países da OCDE e da América Latina, em parceria com outras organizações internacionais atuantes na região. As atividades do LACRP trazem e adaptam a metodologia da OCDE de produção de estatísticas comparáveis, de diálogo político, de avaliação de políticas e de assessoria política para a região, facilitando a participação mais ampla dos países da região no trabalho da OCDE e seu acesso aos conhecimentos da OCDE.

O Brasil também participa das principais publicações regionais, incluindo o *Relatório Econômico da América Latina (LEO)*, a série de *Estatísticas Tributárias da América Latina* e *Panorama de Administrações Públicas: América Latina*.

Como parte do LACRP, a OCDE e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estabeleceram o *Centro de Educação e Alfabetização Financeira / OCDE / OCDE na América Latina e no Caribe* (ver página 26).

Em fevereiro de 2018, o Brasil organizou a Conferência Ministerial Regional no Brasil, organizada pela OCDE, MEC e SEGIB, em São Paulo, Brasil, que apresentou o lançamento do relatório *Habilidades na Ibero-América* (ver página 28).

www.oecd.org/latin-america/regionalprogramme



Da esquerda para a direita, **Mansueto Almeida**, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, **Leonardo Pereira**, ex-Presidente da CVM, **André Laboul**, Conselheiro Sênior para Assuntos Financeiros da OCDE, e **Andreas Schaal**, Diretor de Relações Globais da OCDE, durante o lançamento do Centro OCDE/CVM de Educação Financeira e Alfabetização da América Latina e Caribe. Rio de Janeiro. Dezembro de 2016.

A OCDE e o Brasil

“O Brasil já participa intensamente de atividades na OCDE há mais de duas décadas, mas o pedido de aceder à Organização catalisou um interesse renovado de toda a administração e da sociedade em geral. Minha missão é traduzir isso em ação.”

Carlos Márcio Cozendey,

Delegado do Brasil junto a Organizações Econômicas Internacionais em Paris



“Espera-se que os países do BRIC respondam por até metade do crescimento global de 2015 a 2020. Portanto, a estreita cooperação da OCDE com essas economias emergentes é essencial se a Organização quiser permanecer relevante como uma referência no atual sistema econômico global. Nesse sentido, seu relacionamento com os Parceiros-chave, como o Brasil, não é apenas mutualmente benéfico, mas também estratégico para fortalecer o envolvimento da Organização com outras regiões econômicas importantes. Uma cooperação fortalecida com o Brasil ajudará, portanto, a divulgar as melhores práticas e recomendações da OCDE em todo o mundo, que, em última instância, apoiará a comunidade global a enfrentar os desafios econômicos e sociais de hoje. A OCDE deve continuar a construir pontes com todos os países que estejam dispostos a realizar esforços para aproximar-se do acervo da OCDE. Ao mostrar seu compromisso e determinação, não há dúvida, que o Brasil é um deles.”

Ulrich Lehner, Embaixador da Suíça junto à OCDE,

Presidente do Comitê de Relações Exteriores



“A OCDE vem colaborando com o Brasil por mais de 20 anos. Estou muito contente por nos últimos anos ter visto um aumento constante no número de comitês onde o Brasil participa ativamente, número de instrumentos em que o Brasil está aderindo e, mais importante, um maior interesse político em nome do governo brasileiro para se envolver com a OCDE. Quando o governo brasileiro deu o passo para solicitar a adesão à OCDE, foi realmente um momento histórico. Pela primeira vez, um dos Parceiros-Chaves da OCDE decidiu que era hora de se tornar um membro de pleno da Organização. Saúdo calorosamente esta candidatura e espero que possamos iniciar o processo de adesão sem demora. Suécia e Brasil têm uma parceria estratégica. Trabalha junto com o Brasil na OCDE ajudará a promover esta forte parceria. Nossa cooperação é benéfica para o Brasil, para a Suécia e para todos os outros países membros, assim como para a OCDE como um todo.”


Annika Markovic, Embaixadora da Suécia junto à OCDE,
Presidente do Grupo Informal de Reflexão do Brasil



“O interesse do Brasil pela adesão à OCDE oferece uma excelente oportunidade para sustentar e apoiar a agenda de reformas no Brasil, enquanto que ao mesmo tempo é um importante testemunho da Estratégia de Relações Globais da OCDE. É o ponto culminante e natural de mais de 20 anos de envolvimento, dentre os quais 10 anos de Parceria-chave e 2 anos muito intensos de um Programa de Trabalho Conjunto. Também é uma demonstração clara de que a OCDE está cumprindo com sua Declaração de Visão de 2011 de se tornar uma rede de políticas globais eficaz e inclusiva, que se beneficia do diálogo e da engajamento com as grandes economias emergentes.”

Andreas Schaal, Diretor de Relações Globais da OCDE e Sous-Sherpa da OECD para o G20



A large industrial port at sunset. In the foreground, two white trucks are driving on a paved road. The background is filled with stacks of colorful shipping containers (red, blue, orange, green) and a large blue gantry crane on the left. An airplane is flying in the sky above the port. The sun is low on the horizon, creating a warm, golden glow.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, EQUILIBRADO É INCLUSIVO

Fortalecendo o crescimento econômico

O Brasil está emergindo de sua pior crise econômica de sua história recente. O governo está levantando a economia por meio de uma agenda ambiciosa de reformas para melhorar o ambiente de negócios e promover produtividade e investimento. A OCDE contribui para estes esforços fornecendo análises sobre políticas estruturais e macroeconômicas para guiar o desenvolvimento e implementação das reformas.

O *Relatório Econômico do Brasil 2018* analisa opções políticas para aumentar o bem-estar e o crescimento inclusivo do país. O Relatório destaca a importância de se fortalecer o investimento e a integração com a economia global para aumentar a produtividade e proporcionar melhores oportunidades de renda para todos os brasileiros. O crescimento tornou-se mais inclusivo em virtude de melhoras na educação e de um forte sistema de benefícios sociais. O Relatório propõe formas de aumentar a eficácia das transferências sociais para desenvolver esse progresso e preservar a sustentabilidade fiscal. Finalmente, o Relatório também apresenta uma discussão sobre opções políticas para melhorar a governança e combater a corrupção.

Duas vezes por ano, *as Perspectivas Econômica da OCDE* analisa as principais tendências e forças que dão forma às perspectivas econômicas de curto prazo dos membros da OCDE e de alguns não membros selecionados, incluindo o Brasil. A última versão, publicada em novembro de 2017, discute as perspectivas de crescimento, a necessidade de fortalecer as contas públicas e as reformas estruturais para aumentar o crescimento e torná-lo mais inclusivo.

A *Caminho do Crescimento* (*Going for Growth*) é o relatório emblemático da OCDE que destaca os principais desafios de crescimento e os desenvolvimentos nas reformas das políticas estruturais. Com base em um amplo conjunto de indicadores internacionalmente comparáveis de políticas estruturais e desempenho, o relatório identifica cinco prioridades para cada país com o objetivo de melhorar a produtividade e a utilização do trabalho. Os efeitos potenciais das reformas nos objetivos de políticas diferentes do crescimento do PIB são discutidos, particularmente em relação aos objetivos para o crescimento verde, reduzindo a desigualdade, as finanças públicas e os desequilíbrios macroeconômicos.

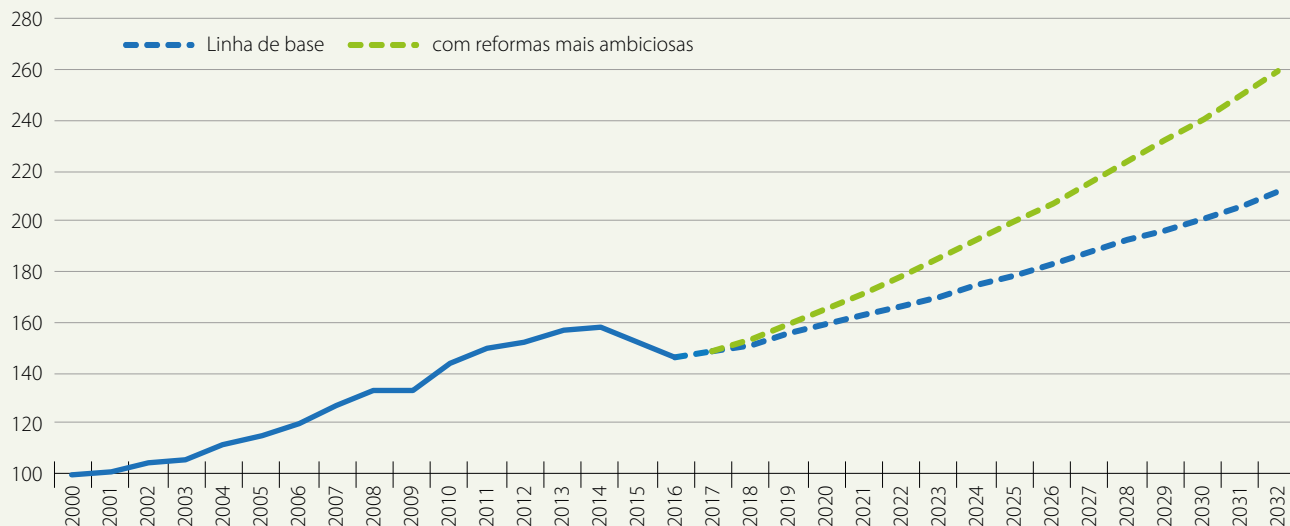
Para o Brasil, a edição de 2017 recomenda:

- **Aumentar a eficácia dos programas sociais.** Redirecionar os gastos com benefícios sociais em transferências condicionadas para os mais pobres, que é o instrumento mais eficiente para reduzir a desigualdade de renda.
- **Melhorar os resultados e a equidade da educação.** Melhoras nos resultados da educação e na igualdade de oportunidades educacionais aceleraria a produtividade.
- **Reduzir as distorções no sistema tributário.** Os impostos indiretos menos onerosos e que produzem distorções menores contribuiriam para ganhos de produtividade ao reduzir os custos de conformidade fiscal e aumentar a produtividade.
- **Reduzir as barreiras ao comércio.** Os obstáculos ao comércio e ao investimento são importantes, o que dificulta a recuperação da produtividade.
- **Aumentar o investimento público e privado em infraestrutura.** Diminuir as lacunas da infraestrutura levaria a um maior crescimento da produtividade e a uma maior competitividade das exportações.





O crescimento do PIB poderia ser muito mais forte com reformas mais ambiciosas



Fonte: Estimções da OCDE



“As recomendações da OCDE estão em linha com o que estamos fazendo no Brasil. Entrar para a OCDE faz parte da agenda de abertura e modernização da economia, de adoção de standards modernos de administração e normalização econômica.”

Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda do Brasil, durante Reunião Ministerial do Conselho da OECD. Paris, França, junho 2017.

www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm

www.oecd.org/eco/outlook/brazil-economic-forecast-summary.htm

www.oecd.org/eco/growth/Brazil.pdf

www.latameconomy.org/en



ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO

Aumentando a produtividade agrícola e a segurança familiar



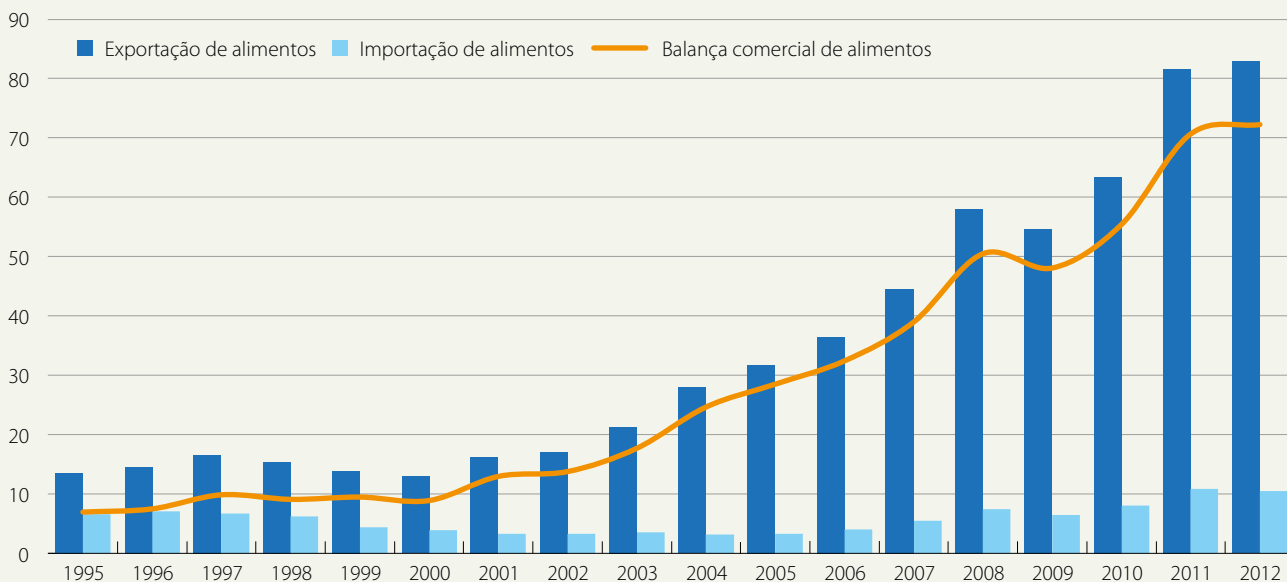
Como um dos principais produtores mundiais de produtos primários, o Brasil conta com sua agricultura para construir uma economia forte e dinâmica. O setor agrícola e de agro-processamento no Brasil mostrou um crescimento impressionante nas últimas duas décadas. Isso foi impulsionado por melhorias de produtividade e ajustes estruturais, assim como por novas tecnologias. As políticas governamentais e as iniciativas da indústria estão cada vez mais focadas na sustentabilidade do desenvolvimento agrícola.

A cooperação entre a OCDE e o Brasil em questões relacionadas à agricultura tem se aprofundado nas últimas décadas. O Brasil integra um série de atividades analíticas colaborativas, incluindo:

- **Perspectivas Agrícolas da OCDE-FAO**, publicação anual que detalha as projeções sobre a perspectiva de médio prazo das commodities nas principais economias mundiais. A **edição de 2015** apresentou uma análise aprofundada das perspectivas para a agricultura brasileira.
- **Acompanhamento e Avaliação de Políticas Agrícolas**, exercício anual de monitoramento e avaliação da OCDE que mede o apoio do governo à agricultura, que agora inclui 50 principais países produtores de agricultura.
- **Inovação, Produtividade Agrícola e Sustentabilidade no Brasil**, parte da série OECD Reviews Food and Agricultural. O relatório fornece um exame abrangente do ambiente do Brasil em torno do agronegócio e da inovação nos setores agropecuário visando maior produtividade e sustentabilidade ambiental.

Comércio agropecuário do Brasil, 1995-2012

Em bilhões de dólares



Fonte: International Trade by Commodity Statistics (ITCS) database, <http://bit.ly/2EqWp7d>

“As Perspectivas Agrícolas da OCDE-FAO 2017-2026 prevê que a disponibilidade média de calorias por pessoa por dia aumentará nos países menos desenvolvidos e na maioria das economias emergentes. Mas também sabemos que mais alimentos por si só não são suficientes para eliminar a desnutrição e outras formas de desnutrição. Combater a desnutrição requer uma dieta diversificada, segura e nutritiva, idealmente produzida com um menor impacto ambiental.”

José Graziano da Silva, Diretor Geral da FAO, no lançamento das *Perspectivas Agrícola da OCDE-FAO 2017-2026*. Paris, França, julho de 2017.



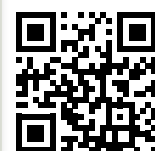
José Angel Gurría
Secretary-General, OECD



José Graziano da Silva
Director-General, FAO

Como parte do Programa de Trabalho 2016-17, o Brasil também participa nos Códigos e Esquemas Agrícolas da OCDE, principal referência global para a certificação e padronização de sementes, tratores agrícolas e florestais, material de reprodução florestal e frutas e hortaliças, facilitando o comércio internacional através da simplificação e harmonização do documentário, inspeção e procedimentos de testes.

www.oecd.org/tad/agricultural-policies www.oecd.org/tad/agricultural-policies/monitoring-and-evaluation.htm
www.oecd.org/tad/code



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO

Promovendo o crescimento verde

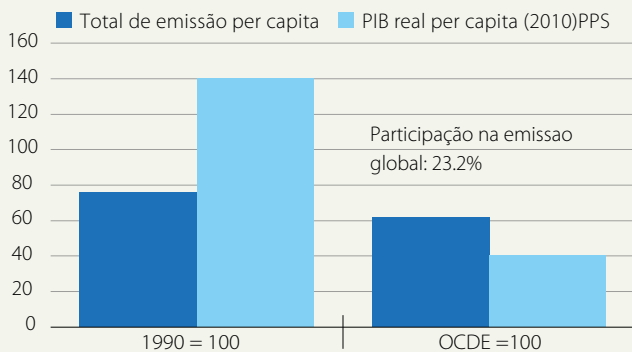


Os governos de todo o mundo estão se esforçando para reativar o crescimento de suas economias, ao mesmo tempo em que buscam reduzir as desigualdades crescentes. Mas retornar ao modelo de crescimento usado anteriormente não é uma alternativa. Temos uma oportunidade única de reunir as agendas climática e do crescimento econômico, promovendo o crescimento econômico e o desenvolvimento, assegurando ao mesmo tempo que os recursos naturais continuem a fornecer os recursos e os serviços ambientais de qual o nosso bem-estar é dependente.

A *Estratégia de Crescimento Verde da OCDE* oferece uma oportunidade para repensar o nosso modelo econômico atual e preparar países, incluindo o Brasil, a explorar um desenvolvimento mais ecológico e sustentável. A Estratégia estabeleceu um guia abrangente para incentivar o crescimento verde e medir o progresso em direção a ele.

Os *Indicadores de Crescimento Verde 2017*, preparados em cooperação com países membros e países parceiros da OCDE, incluindo o Brasil, colocam grande ênfase nos ganhos de produtividade e no papel da ação política, com análises

As emissões per capita estão abaixo do nível de 1990



Fonte: Avaliação da OCDE de Desempenho Ambiental do Brasil 2015 (OECD Publishing), Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264240094-en>

sobre impostos e subsídios relacionados ao meio ambiente e fluxos financeiros internacionais. O relatório aumenta a conscientização, mede o progresso e identifica oportunidades e riscos.

O *Fórum sobre Crescimento Verde e Desenvolvimento Sustentável (GGSD Forum)* é uma iniciativa da OCDE destinada a proporcionar um espaço dedicado ao diálogo multidisciplinar sobre o desenvolvimento sustentável. A última reunião foi focada nos aspectos de investimento, inovação e emprego das indústrias oceânicas de rápido crescimento.

Lançado em 2015, a *Avaliação do Desempenho Ambiental do Brasil* identifica as principais tendências ambientais e analisa as políticas e o cenário institucional para o crescimento verde (*para mais detalhes, veja a seção sobre Meio Ambiente e Energia*)

www.oecd.org/greengrowth

www.oecd.org/greengrowth/green-growth-indicators/

www.oecd.org/development/environment-development





Aprimorando a participação nas cadeias globais de valor

O Brasil é uma das dez maiores economias do mundo, mas o papel que desempenha nos mercados internacionais está longe de ser proporcional ao seu tamanho econômico. Fazer um melhor uso de seus pontos fortes proporcionaria oportunidades significativas de crescimento e produtividade, mas também exigirá que o Brasil abrace a integração na economia mundial com mais intensidade do que no passado.

A produção, o comércio e o investimento internacionais são cada vez mais organizados dentro das cadeias globais de valor (GVCs), nas quais os diferentes estágios do processo de produção estão localizados em diferentes países. A OCDE tem uma longa história de estudo da dinâmica dessas cadeias de valor. O banco de dados sobre *Comércio em Valor Agregado (TiVA) da OCDE-OMC* foi desenvolvido para medir o comércio em termos de valor agregado e gerar novos conhecimentos sobre as relações comerciais entre as economias e o processo de criação de valor.

Como parte do Programa de Trabalho 2016-17, o Brasil contribui para o banco de dados TiVA com dados estatísticos da matriz de insumo-produto sul-americana, que está sendo desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em colaboração com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A iniciativa busca aumentar a compreensão mútua, melhorar a política comercial brasileira e promover sua integração nas cadeias globais de valor.



“Para o país crescer a taxas mais elevadas, é preciso que ele esteja mais integrado nos fluxos internacionais de comércio e investimento. Nossa cooperação com a OCDE sobre essas questões é crucial para o Brasil avançar firmemente nessa direção.”

Marcello Estevão, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda

Recente análise da OCDE, focada em examinar como a mudança da estrutura das redes globais de produção afeta a produtividade, fornece informações úteis aos formuladores de políticas brasileiros, na medida em que trabalham para promover o crescimento da produtividade e a participação do Brasil em GVCs. Em particular, a análise dos centros de produção em todo o mundo destacou que, embora o Brasil seja o país latino-americano mais central nas redes de produção globais em 2011, é apenas em todo o país mediano em relação ao mundo. Além disso, embora o Brasil seja altamente central em setores primários, como mineração, em muitos setores de serviços e manufatura, o Brasil é relativamente periférico.



Aprimorando a participação nas cadeias globais de valor

Finalmente, o Brasil está melhor conectado a outras regiões e, portanto, mais central para eles do que para seus vizinhos latino-americanos. A intensificação das redes regionais de produção poderia, portanto, ajudar o Brasil a promover as exportações e estimular ganhos de produtividade.

O Capítulo 2 do **Relatório Econômico do Brasil de 2017** sobre o Brasil analisa as opções políticas para promover uma maior integração na economia global e nas cadeias globais de valor. O capítulo analisa a forma como o Brasil pode aproveitar novas e crescentes oportunidades de exportação, criar novos empregos, aproveitar os benefícios de uma concorrência mais forte e um melhor acesso aos insumos, enquanto protege os trabalhadores durante a transição.

O Brasil também participa da Iniciativa do Centro de Desenvolvimento da OCDE sobre Cadeias Globais de Valor, Transformação e Desenvolvimento da Produção que promove o compartilhamento de conhecimento entre os países participantes sobre como promover o desenvolvimento, facilitando a participação em GVCs. Fornece uma plataforma global para o compartilhamento de conhecimento, onde governos e empresas da África, Ásia, América Latina e a OCDE se reúnem para antecipar futuras mudanças e conceber melhores políticas públicas.

oe.cd/gvc

oe.cd/tiv



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO

O BOM FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS

Estimulando o comércio

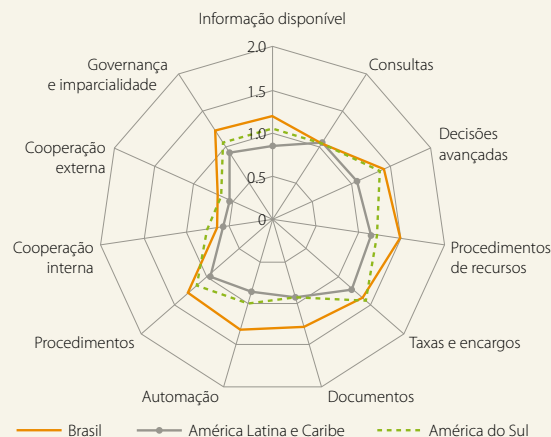
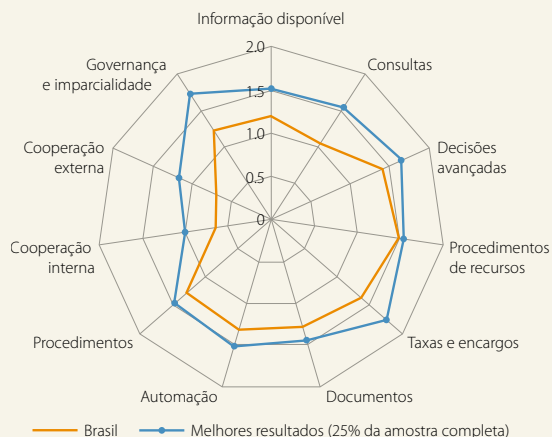
O desempenho do Brasil na garantia de transparência, previsibilidade e devido processo legal na facilitação do comércio supera a maioria dos outros países da América Latina, Caribe e países de renda média alta. No entanto, apesar das recentes melhorias, o país fica apenas na 22ª posição em termos de exportações, representando apenas 1,2% do volume total das exportações mundiais. O Brasil tem potencial para aumentar significativamente seus fluxos comerciais, mas exigirá novos esforços para facilitar e promover o comércio internacional.

A OCDE e o Brasil têm colaborado por muitos anos em diversas questões relacionadas ao comércio, incluindo, em particular, as cadeias globais de valor, a facilitação do comércio, o comércio de serviços e o desenvolvimento dos dados estatísticos necessários para apoiar análises sobre esses temas. As discussões recentes na OCDE abordam a reação atual ao comércio e à globalização e garantindo que o comércio funcione melhor para todos. Para esse fim, o Brasil participou de uma conferência de comércio comercial em abril de 2017,

onde formuladores de políticas públicas discutiram as questões políticas subjacentes e como elas podem se refletir em uma narrativa comercial mais inclusiva.

O setor de serviços é o principal contribuinte para o PIB e a criação de emprego do Brasil, mas é principalmente orientado para atender a demanda doméstica e possui desempenho inferior como setor exportador. Em 2016, como parte do Programa de Trabalho 2016-17 a OCDE publicou um relatório sobre **O Papel dos Serviços no Desempenho Econômico no Brasil**, analisando a importância dos serviços na economia brasileira e sublinhando a importância de racionalizar os quadros regulatórios do setor para incentivar a entrada e a concorrência no exterior. Este relatório foi acompanhado por uma reunião em Brasília com uma série de reguladores brasileiros dos vários setores para discutir possíveis reformas regulatórias para melhorar o ambiente geral de negócios e comércio, bem como políticas específicas em setores de transporte, telecomunicações e serviços financeiros.

Indicadores de Facilitação de Comércio da OCDE 2017: desempenho do Brasil



Fonte: Indicadores sobre Facilitação do Comércio Internacional da OCDE



Como parte do Programa de Trabalho 2016-17, o relatório **Facilitação do Comércio no Brasil: Análise e Opções Políticas** apresenta o estado atual da facilitação do comércio no Brasil, com base nos resultados de uma pesquisa entre uma ampla gama de atores do setor privado e do governo envolvidos no processo de comércio exterior brasileiro. Ele chama a atenção para as diferenças e desafios de desempenho setoriais e regionais no Brasil. Esta avaliação aprofundada fornece um guia para reformas de curto, médio e longo prazo que visem reduzir os custos comerciais e estimular a competitividade. Reformas que poderão impulsionar o comércio, promover uma maior integração nas cadeias de valor globais e regionais e aumentar o bem-estar agregado da população.



ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO



www.oecd.org/tad/policynotes/oecd-trade-brochure.pdf
www.oecd.org/trade/facilitation/indicators.htm
www.oecd.org/tad/services-trade/services-trade-restrictiveness-index.htm



Revigorando o investimento internacional



O Brasil é o maior receptor de IED na América Latina e o quinto maior receptor do mundo. No entanto, o investimento do Brasil tem sido tradicionalmente baixo, tanto no contexto de um mercado emergente quanto em comparação com outros países da região. Existem fortes necessidades de investimento em toda a economia. O setor privado e o investimento estrangeiro são decisivos para a recuperação econômica do Brasil.

O Brasil aderiu à *Declaração da OCDE sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais* desde 1997, um compromisso político dos governos aderentes para proporcionar um ambiente aberto e transparente para o investimento internacional e incentivar a contribuição positiva que as empresas multinacionais podem trazer para o progresso econômico e social.

Como um elemento da *Declaração*, as *Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais* são o conjunto mais abrangente de recomendações com apoio governamental sobre a conduta comercial responsável existente. Os governos que aderem às *Diretrizes* visam incentivar e maximizar o impacto positivo que as empresas multinacionais podem trazer para o desenvolvimento sustentável e o progresso social duradouro.



Mais recentemente, em junho de 2017, como parte do **Programa de Trabalho 2016-17**, o Brasil solicitou a adesão aos *Códigos da OCDE de Liberalização de Movimentos de Capital e das Operações Correntes Invisíveis*, um testemunho de sua forte ambição de implementar reformas. Ao aderir aos *Códigos de Liberalização da OCDE* e comprometer-se a transparência e responsabilidade nas suas políticas sobre os movimentos de capitais, o Brasil melhorará sua reputação como um agente global responsável, enquanto desfrutará de um melhor acesso aos mercados da OCDE e proteção contra possíveis tratamentos discriminatórios de outros aderentes.

O Brasil também participa do trabalho da OCDE sobre agências de promoção de investimentos, que permite ao governo comparar e avaliar sua agência, a APEX Brasil, com outras agências da região e da OCDE. Este trabalho fornece uma plataforma de diálogo que permite aos participantes se beneficiar das melhores práticas internacionais para melhorar a eficiência dos esforços de atração de investimentos. Ele apoia as decisões do Brasil sobre a estrutura e as atividades futuras de sua agência de promoção de investimentos durante um momento importante em que o Brasil trabalha para restaurar a confiança dos investidores e atrair novos investidores.

www.oecd.org/investment

“O Banco Central quer aproveitar a oportunidade do processo de adesão à OCDE para fazer reformas e adaptações das normas brasileiras aos padrões internacionais, criando um ambiente de negócios mais simples e fácil para investidores brasileiros e estrangeiros. A OCDE é um ótimo paradigma para se alinhar aos padrões internacionais.”



Tiago Berriel, Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central do Brasil



Promovendo concorrência saudável

A nova Lei de Defesa da Concorrência do Brasil entrou em vigor em maio de 2012, marcando o início de uma nova era de aplicação da concorrência. Nos últimos cinco anos, o Brasil continuou a inovar e melhorar seus procedimentos para detectar, investigar e perseguir a conduta anti-competitiva e trabalhar com os formuladores de políticas para reformar os regulamentos da concorrência.

O Brasil tem participado intensamente no trabalho da OCDE sobre concorrência. As recomendações das avaliações em pares da OCDE realizadas em 2005 e 2010 estão refletidas na legislação atual do Brasil, principalmente no que diz respeito ao controle de fusões, multas e sanções.

A OCDE desempenha um papel único no campo da concorrência, devido aos seus padrões e diretrizes internacionalmente reconhecidos, conhecimentos técnicos de longa data e mesas redondas sobre concorrência que ajudam a promover o diálogo sobre questões fundamentais e emergentes. A influência da OCDE, seja através do seu Comitê de Competição, *Fórum Global de Competição* ou do *Fórum de Concorrência Latino-Americana e Caribenha do OCDE-BID (LACCF)*, promove a aprendizagem entre pares, a cooperação internacional entre as autoridades da concorrência e facilita a disseminação dos padrões e melhores práticas da OCDE. Como uma das principais autoridades no campo da concorrência da América Latina, o Brasil contribui substancialmente para o conhecimento sobre concorrência e para o desenvolvimento e revisão de normas e diretrizes da OCDE.

Como parte do Programa de Trabalho 2016-17, workshops realizados recentemente no Brasil sobre a luta contra fraudes em contratos públicos ajudaram a chamar a atenção para essa prática particularmente prejudicial de prática anti-concorrencial que custa aos governos e contribuintes bilhões de dólares todos os anos em países da OCDE. O Brasil também assume um papel bastante ativo no LACCF compartilhando seus conhecimentos e experiências com colegas em toda a região.

Para o futuro, o Brasil e a OCDE prevêem o fortalecimento da colaboração através da: 1) promoção de uma concorrência efetiva em licitações públicas, reduzindo o conluio; 2) avaliação do ambiente concorrencial que envolve a análise de setores específicos para melhorar a regulamentação; e 3) avaliações de impacto e eficiência ex-post das decisões da autoridade de concorrência.

www.oecd.org/competition

www.oecd.org/competition/latinamerica

www.oecd.org/daf/competition/brazil-competition.htm

“Os valores da OCDE estão enraizados na história do CADE. A nova Lei de Defesa da Concorrência do Brasil promulgada em 2012 foi inspirada em grande parte pelas recomendações, estudos e avaliações em pares da Organização, resultando em múltiplos benefícios para o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Nos últimos anos, a cooperação firme e proativa do CADE com a OCDE permitiu que a autoridade apresentasse suas posições em questões ligadas à defesa da concorrência no cenário internacional, trocando conhecimentos com outros países e aprendendo com a experiência da Organização.”



Alexandre Barreto, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

Fortalecendo a educação financeira



A educação financeira tornou-se um complemento importante da conduta do mercado e da regulamentação prudencial ao melhorar os comportamentos financeiros dos indivíduos. O governo brasileiro tem se empenhado em informar a crescente classe média sobre como economizar e investir com sabedoria, ajudando as famílias mais pobres a entender e usar os serviços financeiros básicos.

O Brasil adotou em 2010, com o apoio da OCDE, a *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)*, que visa promover a educação financeira e a segurança social, aumentar a capacidade do cidadão para fazer escolhas conscientes sobre a administração de seus recursos, e contribuem para a eficiência e solidez dos mercados financeiros. A estratégia é apoiada por dados coletados através de instrumentos da OCDE.

O Brasil utiliza metodologias de coleta de dados desenvolvidas pela *Rede Internacional de Educação Econômica da OCDE (OECD/INFE)* e recentemente participou na Opção pela Alfabetização

Financeira do *Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA) de 2015*, da OCDE e no Inquérito Internacional *OCDE/INFE de Competências de Alfabetização Financeira para Adultos*. A cooperação com o Brasil e, em particular, com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ajudou a OCDE a reforçar seu trabalho em educação financeira e alfabetização na América Latina e no Caribe através do estabelecimento de um centro regional no Rio de Janeiro.

Como parte do Programa de Trabalho 2016-17, em 2016, a OCDE e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estabeleceram o *Centro OCDE/CVM de Educação Financeira e Alfabetização da América Latina e Caribe*. Com sede no Rio de Janeiro, o Centro serve de plataforma para monitorar e aprimorar a alfabetização financeira na região através de pesquisas e análises e fortalecer a cooperação com os governos e autoridades financeiras da região na concepção e implementação de políticas de educação e inclusão financeira.

www.oecd.org/finance/financial-education

“O Centro OCDE / CVM, ao reunir conhecimentos e apoiar a coleta de dados, pode desempenhar um papel importante no apoio aos formuladores de políticas no Brasil e em outros países latino-americanos na estruturação e implementação de políticas efetivas de educação financeira. Os empresários e cidadãos latino-americanos em geral precisam entender e processar informações financeiras para tomar decisões financeiras efetivas: isso impactará positivamente seu bem-estar financeiro pessoal e trará mais pessoas para a economia formal.”

Marcelo Barbosa, Presidente da CVM





Reforçando a proteção ao consumidor

A Internet está oferecendo aos consumidores no Brasil oportunidades para comprar uma gama cada vez maior de produtos a preços competitivos. No entanto, aumentar os benefícios do comércio eletrônico exige manter um ambiente no qual os consumidores tenham confiança.

A OCDE empreende análise de políticas para apoiar o comércio eletrônico, promover a segurança dos produtos de consumo e entender melhor a economia do consumidor. Em 2016, a OCDE revisou sua *Recomendação sobre Proteção ao Consumidor para o Comércio Eletrônico*, que busca ancorar os muitos benefícios que o comércio eletrônico trouxe ao longo da última década aos consumidores, incluindo escolhas mais amplas a preços competitivos, bem como fáceis de usar e mais opções de pagamento seguras, abordando a maior complexidade do ambiente online e os riscos relacionados para os consumidores. O Brasil esteve envolvido neste trabalho, que está intimamente ligado com um decreto que ele promulgou em março de 2013.

O Brasil também atuou no trabalho da OCDE sobre segurança dos produtos de consumo, que visa intensificar a cooperação entre as jurisdições com o objetivo de melhorar o compartilhamento de informações e promover uma maior colaboração entre as autoridades fiscalizadoras e reguladoras em matéria de segurança dos produtos em todo o mundo. O país participou das *Campanhas Globais de Consciência da OCDE sobre os perigos colocados às crianças por baterias de botão (2014) e cobertura de janelas com fio (2016)*, que forneceu aos governos, empresas e consumidores uma poderosa ferramenta para detectar produtos inseguros e prevenir danos ao consumidor, dentro e através de fronteiras. O Brasil também participou ativamente da campanha da OCDE 2017 sobre os riscos de segurança associados a quedas de móveis.

www.oecd.org/sti/consumer



A low-angle photograph of several modern skyscrapers with glass facades against a clear blue sky. A Brazilian flag is flying in the foreground, partially obscuring one of the buildings. The text 'GOVERNANÇA PÚBLICA E CORPORATIVA' is overlaid in large, white, bold, sans-serif capital letters across the lower half of the image.

GOVERNANÇA PÚBLICA E CORPORATIVA

Melhorando o ambiente de negócios



Políticas regulatórias são as regras que regem a vida cotidiana das empresas e dos cidadãos. Elas são um instrumento essencial nas mãos do governo para promover o crescimento econômico, o bem-estar social e a proteção ambiental. No entanto, os regulamentos também podem ser dispendiosos e ineficazes na busca dos seus objetivos. Reformas para melhorar a qualidade da regulamentação proporcionam uma oportunidade real para estimular a atividade econômica.

O Brasil participa do projeto *Indicadores de Política Regulatória e Governança para a América Latina*. Os indicadores fornecem uma visão geral atualizada dos sistemas regulatórios em países selecionados da América Latina, pelo qual desenvolvem, implementam e avaliam os regulamentos. A regulamentação é, ao lado da política fiscal e monetária, uma das principais alavancas pelas quais os governos perseguem objetivos políticos como prosperidade econômica e bem-estar social. Ao definir as “regras do jogo”, os governos promovem o bom funcionamento dos mercados, protegem os direitos e a segurança dos cidadãos e asseguram a provisão de bens e serviços públicos essenciais.

Os *Indicadores de Política Regulatória e Governança* mostram que o governo brasileiro faz da consulta pública e da avaliação de impacto ex-ante uma parte integrante do processo de regulamentação. A consulta pública permite coletar os pontos de vista da sociedade, enquanto a avaliação de impacto ex-ante ajuda a determinar se a regulamentação será bem sucedida na resolução de problemas. O uso dessas ferramentas é fundamental para fortalecer a transparência no processo de criação de regras e para promover um ambiente regulatório mais amigável para as empresas.

O Brasil se beneficiaria da disseminação de ambas as práticas por toda a administração. Consultas públicas e avaliação de impacto ex ante devem fazer parte de uma política pública mais ampla que visa aumentar a qualidade das leis da regulamentação para torná-las mais amigáveis para os empreendedores, menos onerosas para os cidadãos e mais efetivas para enfrentar os problemas públicos.

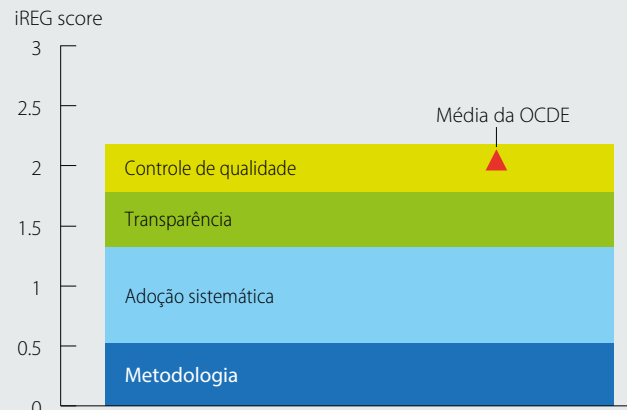
www.oecd.org/gov/regulatory-policy/

“Ao longo dos anos, o Brasil tem acompanhado as atividades da Divisão de Política Regulatória da OCDE, às vezes sendo objeto de análise como foi o caso durante a revisão por pares do sistema regulatório brasileiro em 2007. Além das discussões sobre as melhores práticas da OCDE, o quadro estabelecido pela Recomendação da OCDE sobre Política Regulatória e Governança de 2012 é uma grande influência para as políticas brasileiras. Um bom exemplo dessa colaboração foi a participação da Divisão de Política Regulatória na recente consulta pública sobre avaliação de impacto regulatório realizada pela Casa Civil. Como o Brasil trabalha para melhorar a governança regulatória e a eficácia das regras, estamos interessados em continuar a fortalecer essa relação.”



Marcelo Guarany, Subchefe de Políticas Governamentais da Casa Civil

Promover consultas públicas em toda a administração



Brasil: participação de partes interessadas no desenvolvimento de regras e regulamentação

Nota: O eixo vertical representa o escore agregado total nas quatro categorias separadas do indicador composto. A pontuação máxima para cada categoria é um, e a pontuação agregada máxima para o indicador composto é quatro.

Fonte: Indicators of Regulatory Policy and Governance (iREG) for Latin America 2016 (www.oecd.org/gov/regulatory-policy/indicators-regulatory-policy-and-governance.htm).

Fortalecendo a governança corporativa e de empresas estatais



A Governança Corporativa está atraindo uma crescente atenção na América Latina como um meio para fortalecer o desempenho corporativo e aumentar a confiança dos investidores na integridade das empresas dos setores público e privado. O Brasil tem desempenhado um papel de liderança na OCDE neste assunto.

O governo do Brasil tem juntado esforços com a OCDE na abordagem de questões de governança corporativa, primeiro ao participar ativamente das discussões do Comitê de Governança Corporativa da OCDE na atualização dos *Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE* e, mais recentemente, **como parte do Programa de Trabalho 2016-17**, nos esforços do Comitê para implementar os Princípios. O Brasil e a OCDE também trabalharam juntos em temas relacionados à governança de empresas estatais. O país participa do Grupo de Trabalho da OCDE sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização e desempenha um papel de liderança na *Rede Latino-Americana de Governança Corporativa de Empresas Estatais desde 2011*.

Tanto o governo brasileiro como os principais participantes do mercado demonstraram recentemente compromissos para melhorar a governança corporativa do país, de acordo com os

dois padrões da OCDE neste campo: os *Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE* e as *Diretrizes sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais*. O segmento de listagem da Bolsa de Valores do Brasil (B3) - Novo Mercado - anunciou, em junho de 2017, a decisão de aprimorar os requisitos de governança corporativa de acordo com as melhores práticas internacionais. Enquanto isso, a legislação promulgada em 2016 estabelece padrões mais elevados de governança corporativa para as empresas estatais brasileiras.

O Brasil também organizou inúmeras reuniões da *Mesa Redonda de Governança Corporativa Latino-Americana da OCDE* na última de uma década, incluindo, **como parte do Programa de Trabalho 2016-17**, a primeira reunião de uma nova iniciativa da Força-Tarefa da Mesa Redonda, lançada em outubro de 2017, para apoiar o desenvolvimento do mercado de ações no Brasil e em toda a região. Reunindo os principais tomadores de decisões, políticos, reguladores e participantes do mercado de capitais mais ativos da região, a Mesa Redonda apóia os esforços dos governos para melhorar a governança corporativa, fornecendo orientação sobre o papel dos investidores institucionais, a eficácia do conselho, a execução e os códigos de conduta.

www.oecd.org/corporate/



Combatendo a corrupção transnacional

A Convenção Anticorrupção da OCDE é a pedra angular dos esforços internacionais para combater a corrupção internacional, o primeiro e único instrumento global para combater o lado da oferta de corrupção em negócios comerciais transfronteiriços. Ao aderir à Convenção Anticorrupção da OCDE, o Brasil comprometeu-se a combater o suborno em negócios internacionais e a dar um exemplo na América Latina.

Através da **Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais** (a Convenção) da OCDE, 43 países, incluindo o Brasil, tornaram um crime subornar um funcionário público estrangeiro. Como parte da Convenção, o Brasil é monitorado pelo Grupo de Trabalho da OCDE da Convenção, e teve que modificar sua legislação para cumpri-la.

A OCDE concluiu sua 3ª fase de monitoramento do Brasil em 2014 e recomendou a promulgação de uma nova lei de responsabilidade corporativa, a primeira lei anticorrupção brasileira que responsabiliza as empresas pelas ações corruptas de seus funcionários. O Brasil reforçou a nova legislação em 2015. Graças a essas melhorias e esforços para atender às

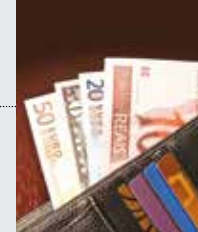
recomendações da OCDE, o Brasil concluiu seu primeiro caso de suborno estrangeiro em janeiro de 2016, por meio de um acordo de leniência com uma empresa brasileira, bem como acordos de cooperação com 10 pessoas físicas. Foram impostas sanções significativas para uma série de infrações, incluindo o suborno de funcionário público estrangeiro.

Tal progresso concreto permite ao Brasil compartilhar as melhores práticas deste trabalho com a OCDE com os países latino-americanos no contexto do *Programa Anti-Corrupção OCDE-América Latina*. Em troca, as experiências dos países latino-americanos enriquecem o debate sobre a política anticorrupção na OCDE.

www.oecd.org/corruption/
www.oecd.org/corruption/oecdantibriberyconvention.htm



Aprimorando a transparência e a conformidade fiscais



Em um mundo cada vez mais interligado, as legislações tributárias nacionais não acompanharam o ritmo das corporações globais, da circulação de capitais e da economia digital, deixando lacunas que pode ser exploradas para corroer a base tributária, e deslocar os lucros para ambientes de baixos impostos. No âmbito do G20 e da OCDE, o Brasil tem se empenhado para lidar com esse problema crítico.

O Brasil participa ativamente dos trabalhos da OCDE em matéria tributária, em particular na área de transparência fiscal e no projeto do G20/OCDE de Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (BEPS), que reúne mais de 100 países e jurisdições para colaborar no combate a estratégias de planejamento tributário que exploram lacunas e desajustes nas regras tributárias para alterar artificialmente os lucros para locais com baixos ou nenhum impostos. **Como parte do Programa de Trabalho 2016-17**, o Brasil organizou uma série de eventos técnicos sobre a implementação do projeto BEPS.

O Brasil participa do Fórum Global sobre Transparência e Trocas de Informações para Fins Fiscais, monitorando a implementação das normas internacionais de transparência fiscal. O país fez progressos importantes na implementação da norma de transparência fiscal para troca de informações (EOIR), resultando em uma classificação “Amplamente Compatível” pelo Fórum Global. Juntar-se à Convenção multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais em 2016 aumentou a capacidade do Brasil de combater a evasão fiscal. Além disso, o Brasil comprometeu-se a iniciar trocas automáticas de informações financeiras em setembro de 2018 para que se possam rastrear os fundos transferidos e mantidos no exterior. O Brasil também contribuiu para o Sistema de Transmissão Comum da OCDE, uma plataforma para o intercâmbio bilateral seguro e de baixo custo de informações tributárias.

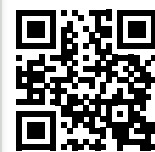
A implementação dos padrões aprovados pelo BEPS apoiará o Brasil na tributação de atividades econômicas em sua jurisdição. Através de um diálogo contínuo com a OCDE, também será importante garantir que a abordagem do Brasil em questões fiscais internacionais se alinhe com os padrões internacionais.

O Brasil também participa do Programa de Estatísticas Tributárias da OCDE, que agora abrange mais de 70 países em todo o mundo, bem como o trabalho da OCDE sobre a *Tributação o Uso de Energia*. Além disso, o Brasil participa da *Iniciativa sobre Políticas Tributárias da OCDE-América Latina e do Caribe* que visa melhorar as políticas fiscais e de gastos públicas na região. Esses programas oferecem aos formuladores de políticas brasileiras uma ferramenta poderosa e de alta qualidade para análise comparativa da política fiscal ao longo do tempo e entre países.

www.oecd.org/tax

www.oecd.org/tax/beps/

www.eoi-tax.org/jurisdictions/BR#default



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO



Fortalecendo a eficiência orçamentária e do gasto público

As instituições de auditoria superiores (IAS) são uma parte crucial do quadro institucional de um governo, examinando contas públicas e garantindo que os funcionários públicos prestem contas. As auditorias e avaliações das IAS têm uma influência direta da eficácia, eficiência e economia do governo.

Como parte do Programa de Trabalho 2016-17, o relatório *Tribunal de Contas da União do Brasil: Supervisão e Prevenção por uma melhor Governança* é o resultado de uma parceria de três anos do TCU com a OCDE. A parceria e o relatório final avançaram o pensamento e a base de evidência sobre como as IAS podem assumir um papel como indutoras de boa governança através de auditorias, avaliação e trabalho consultivo. O relatório detalha considerações estratégicas, práticas e abordagens inovadoras para ir além da supervisão tradicional para transformar a forma como as políticas públicas são desenhadas e implementadas.

O relatório oferece informações valiosas e orientações para o TCU do Brasil e outras IAS para avaliar sua atuação estratégica

e tomar medidas para promover a formulação de políticas baseadas em evidências e fortalecer as interações com outras instituições públicas. Em particular, o relatório concentra-se no aumento da relevância e impacto do trabalho do TCU em quatro áreas principais: auditoria para uma maior coerência política, contribuição para um orçamento mais estratégico e sustentável, fortalecimento do controle interno e gerenciamento de riscos, e aprimoramento do monitoramento e da avaliação do governo.

A cooperação entre a OCDE e o TCU ajudou a moldar o diálogo sobre o papel das IAS, oferecendo recomendações e práticas ajudando as IAS a serem mais efetivas na contribuição de uma boa governança. Com base nessa colaboração, a OCDE continuará trabalhando com o Brasil apoiando ao seu papel crucial para garantir que os formuladores políticos estejam bem informados e as políticas sejam enraizadas em evidências.

www.oecd.org/gov/budgeting/
www.oecd.org/gov/ethics/



ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO



Promovendo transformação digital no setor público

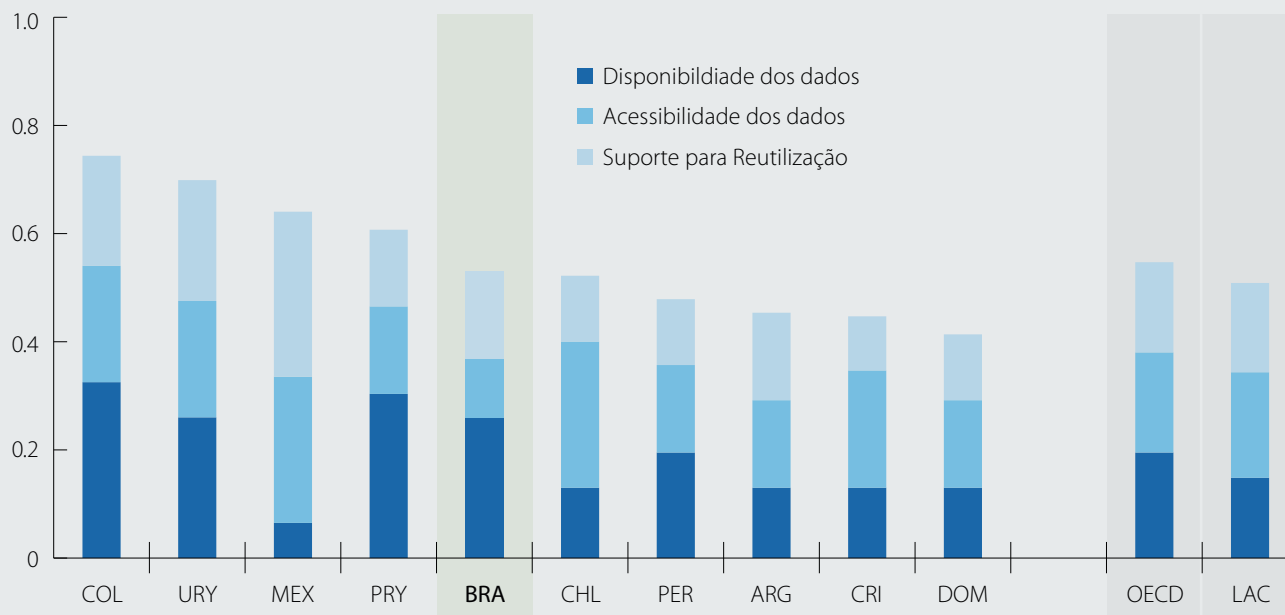
A complexidade da administração pública brasileira exige uma transformação do setor público. Isso exige estimular o uso estratégico de produtos e serviços digitais, a fim de garantir modelos organizacionais simplificados, maior produtividade e integridade do setor público, além serviços públicos eficientes e inovadores.

A cooperação entre a OCDE, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão visa apoiar o governo brasileiro em seus esforços de digitalizar o governo. Isso inclui repensar

organizações governamentais, operações e procedimentos para torná-los digitais e melhor servir os cidadãos.

Como parte do Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-17, a relatório **Governo Digital do Brasil** (a ser lançado em 2018) avalia a atual governança, cultura organizacional e a capacidade do país para ajudar o governo brasileiro a se tornar um governo digital aberto, inclusivo e eficiente. O relatório fornecerá recomendações baseadas nas melhores práticas usadas nos países da OCDE e adaptadas ao contexto brasileiro e contribuirão para o desenvolvimento e implementação de políticas futuras nesta área.

Índice da OCDE de Abertura, Utilização e Reutilização dos Dados do Governo, 2016



Nota: Dados para Chile, Colômbia e México são de 2014.

Fonte: (OCDE, 2015) Pesquisa da OCDE sobre Abertura do Governo e Open Data



O relatório **Governo Digital** baseia-se no recente trabalho da OCDE sobre o governo digital nos países da OCDE, como a Noruega, e os princípios da **Recomendação da OCDE sobre Estratégias de Governo Digital**.

O Brasil participa no trabalho da OCDE sobre políticas de dados governamentais abertos, que ajudam o país a promover o uso estratégico e o compartilhamento de dados para melhorar a produtividade e a integridade do setor público e além de combater a corrupção, em colaboração com organizações da sociedade civil, jornalistas e academia.

Como parte do Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-17, o Brasil também é membro do Observatório da Inovação do Setor Público da OCDE (OPSI), que recolhe, analisa e compartilha exemplos e experiências sobre inovação do setor público, fornecendo um lugar para compartilhar, discutir e co-criar soluções que funcionam na prática.

www.oecd.org/gov/digital-government/

www.oecd.org/governance/observatory-public-sector-innovation/home





EMPREGO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Criando empregos



Após um longo período de baixos níveis de desemprego, o mercado de trabalho brasileiro foi atingido pela crise econômica. Entre os principais desafios estão aumentar a qualidade do emprego e proporcionar aos jovens pontos de entrada efetiva no mercado de trabalho e oportunidades de carreira.

O relatório anual *Perspectivas do Emprego da OCDE* (*OECD Employment Outlook*) busca identificar ações-chave de políticas públicas para fomentar mais e melhores empregos, mediante uma maior compreensão de como funcionam os mercados de trabalho nos países da OCDE e nos parceiros-chave. A edição de 2017 contém uma seção especial sobre a recente reação populista contra a globalização e seu impacto na política de emprego. No caso do Brasil, apesar de uma crise econômica

e política, as taxas de emprego são mais altas e as taxas de desemprego são inferiores à média da OCDE e a segurança no emprego é relativamente boa. Os principais desafios no mercado de trabalho brasileiro são a inclusão e a qualidade do trabalho. Mulheres e pessoas desfavorecidas ganham muito menos que os trabalhadores do sexo masculino. Os ganhos no Brasil são mais baixos do que em qualquer país da OCDE: o salário bruto médio ajustado pela desigualdade é dez vezes inferior à média da OCDE.

A proporção de jovens que não estão empregados, nem estudando ou em formação (NEET) também é muito alta (20%), em comparação com a média da OCDE (14%). O relatório da OCDE *Investindo na Juventude* (*Investing in Youth*), publicado em 2014, ofereceu uma série de recomendações políticas para melhorar os resultados do mercado de trabalho para os jovens no Brasil.

www.oecd.org/employment

www.oecd.org/youth.htm



ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO





Garantindo um sistema de pensão eficiente e sustentável

na terceira idade no Brasil, e que tem apresentado resultados positivos. Mas os gastos sociais são elevados e podem tornar-se insustentáveis sem reformas cruciais de modernização.

O sistema de previdência e assistência social do Brasil custa mais de 10% do PIB, dos quais 8,2% para aposentadoria por idade, apesar da população jovem. Em longo prazo, as estimativas sugerem que o envelhecimento da população implicará gastos crescentes com aposentadorias se os parâmetros atuais do sistema de previdência permanecerem inalterados. As despesas com aposentadorias aumentariam em quase 3% do PIB até 2030 e quase 5% em 2040. Isso exclui o sistema de previdência para funcionários públicos, que atualmente custa cerca de 2,2% do PIB.

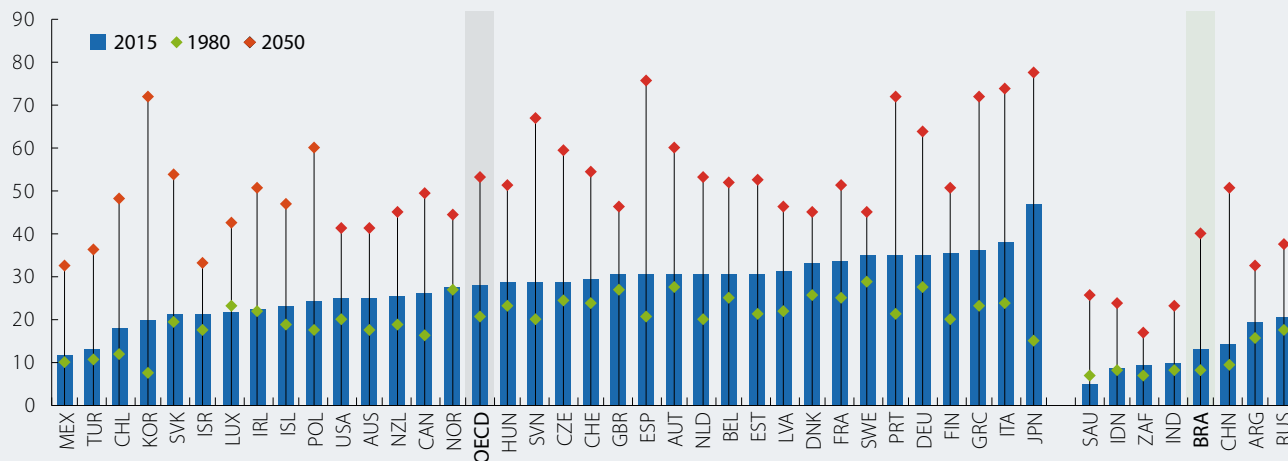
Uma reforma da previdência que aproxima o Brasil das práticas da OCDE não compromete o compromisso de reduzir a desigualdade de renda. De fato, uma melhor segmentação dos

benefícios sociais poderia acelerar o progresso social do Brasil. Uma mudança nos gastos sociais também poderia levar a um melhor equilíbrio da proteção social entre as diferentes faixas etárias. Parte da poupança de uma reforma previdenciária poderia ser usada para aumentar as transferências sociais com um forte impacto de redução de desigualdade, como o programa Bolsa Família, que atualmente custa menos de 1% do PIB. Tal foco em instrumentos de redistribuição mais eficientes beneficiaria as crianças, cujas taxas de pobreza são atualmente muito superiores que as dos idosos. Essa mudança poderia reduzir a desigualdade de renda a um custo menor.

A OCDE tem trabalhado junto com as autoridades brasileiras apoiando os esforços do governo na concepção de uma reforma da previdência brasileira. Uma *Análise sobre a Reforma da Previdência do Brasil* foi publicada em abril 2017 em apoio à proposta de reforma do governo atualmente em discussão no Congresso.

A taxa de dependência dos idosos mais do que triplicará até 2050

Numero de pessoas com mais de 65 anos por grupos de 100 pessoas em idade de trabalhar (20-64), 1980-2050



Fonte: World Population Prospects da Nações Unidas. Revisão de 2015

Combatendo a desigualdade de gênero



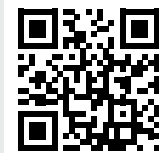
Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil tem promovido os direitos das mulheres e combatido as desigualdades de gênero através de reformas legais e iniciativas voltadas para a mudança das normas sociais. Como resultado, as desigualdades de gênero têm diminuído ainda que ainda haja muito a ser feito.

As normas e instituições sociais discriminatórias são uma barreira importante para o desenvolvimento, como mostram as informações do Índice de **Instituições Sociais e de Gênero** da OCDE (SIGI). O SIGI é uma medida internacional que capta a discriminação contra mulheres leis, práticas e atitudes. O Brasil está classificado no SIGI como tendo níveis baixos de discriminação contra as mulheres.

O forte desempenho do Brasil no SIGI reflete o seu sólido arcabouço jurídico para proteger os direitos das mulheres. Por exemplo, mulheres e homens têm poder familiar igual em casa e há baixas taxas de casamento precoce (4%). O Brasil possui uma legislação abrangente no combate à violência contra as mulheres, como é o caso da Lei Maria da Penha sobre Violência Doméstica e Família (2006). No entanto, a violência doméstica continua a ser um problema que afeta 31% das mulheres.



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO



No que diz respeito às liberdades civis das mulheres, o Brasil tem uma cota legislativa de 30% para apoiar a participação política das mulheres; Apesar disso, as mulheres ocupam apenas 8,6% dos assentos parlamentares em 2014.

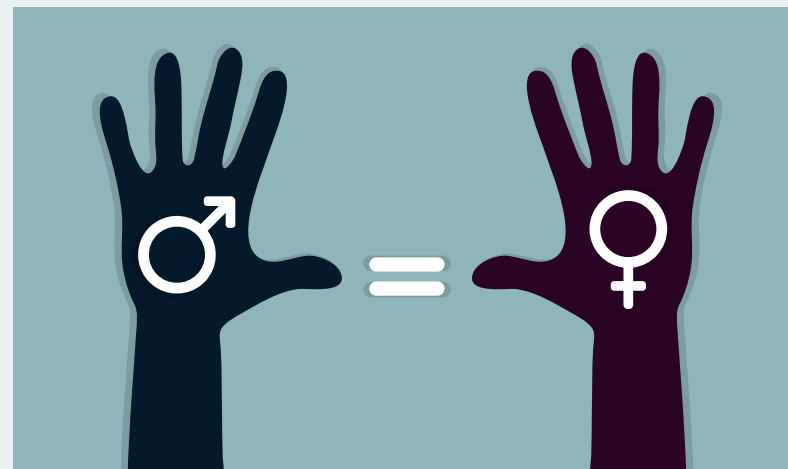
A próxima edição (SIGI) será lançada em 2018 com novos recursos, como a expansão da cobertura do país para mais de 180 países, uma base de dados atualizada e novos indicadores sobre a discriminação no local de trabalho e o acesso das mulheres à justiça.

O **SIGI Relatório Regional da América Latina e do Caribe**, fornece uma análise profunda da discriminação que as mulheres enfrentam na região e seus custos e impactos no desenvolvimento. O Relatório reúne as boas práticas da região, como o Pro Mundo e a ONU Mujeres, e foi lançado durante a 13ª Conferência sobre Mulheres da CEPAL em Montevidéu, Uruguai, em outubro de 2016.

www.genderindex.org/

www.oecd.org/social/poverty/

theoecdsocialinstitutionsandgenderindex.htm



Educando e capacitando as novas gerações com as competências certas



A implementação de políticas eficazes exige dados e informações que sejam abrangentes e adaptadas às necessidades de um país e internacionalmente comparáveis. Com sua participação no trabalho da OCDE sobre educação e competências, o Brasil tornou-se parte de uma comunidade global que compartilha experiências e faz um intercâmbio de melhores práticas no desenvolvimento de políticas de educação e de formação.

A participação no trabalho da OCDE sobre educação e formação profissional dá ao Brasil o acesso a redes internacionais onde políticas e práticas bem-sucedidas são compartilhadas de forma a melhorar os resultados destas políticas e garantir que as necessidades do mercado e da sociedade estejam sendo atendidas. Através de suas pesquisas e base de conhecimentos internacionais, a OCDE está bem colocada para fornecer ao Brasil evidências e dados comparáveis para melhor informar a tomada de decisões da política educacional, fundamental para impulsionar o crescimento econômico inclusivo. O Brasil e a OCDE trabalham juntos em uma longa lista de projetos relacionados à educação, incluindo:

- O Brasil participa do **Programa da OCDE para Avaliação Internacional de Estudantes (PISA)** desde sua primeira rodada em 2000. O PISA é uma pesquisa trienal que visa avaliar os sistemas educacionais em todo o mundo, testando as habilidades e conhecimentos de estudantes de 15 anos. Em 2015, mais de meio milhão de estudantes, que representam 28 milhões de jovens de 75 países, participaram do teste. O forte engajamento do Brasil no Programa é refletido em seu papel de Vice-Presidente do Conselho de Administração do PISA. Em outubro 2016, o Brasil recebeu a 42ª reunião do Conselho em Brasília.
- O Brasil contribuiu para a conceptualização do PISA para o Desenvolvimento, uma iniciativa que busca aumentar a relevância do PISA para uma maior variedade de países de renda média e baixa.

- Um grupo de escolas brasileiras participa do **Teste para Escolas baseado no PISA**, uma ferramenta de avaliação de alunos usada para apoiar pesquisas, benchmarking e melhorias nas escolas, em parceria com a Fundação Lemann e o MEC.
- O Brasil participou da **Pesquisa Internacional da OCDE sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS)** desde a sua primeira rodada em 2008. O TALIS é uma pesquisa internacional de larga escala que se concentra nas condições de trabalho dos professores e no ambiente de aprendizagem nas escolas. Os resultados da **edição de 2013** são representativos de mais de 5 milhões de professores em 34 países. A OCDE está atualmente trabalhando no TALIS 2018, que abrangerá cerca de 45 países.
- Desde 2000, os dados sobre o Brasil são incluídos na publicação anual **Panorama da Educação da OCDE**, que desenvolve e analisa indicadores quantitativos, comparáveis internacionalmente, para ajudar governos a criar sistemas educacionais mais efetivos e equitativos. O Brasil é o único membro não pertencente à OCDE a participar plenamente do programa sobre Indicadores de Sistemas Educacionais, fonte de informações precisas e relevantes sobre educação em todo o mundo.
- **Como parte do Programa de Trabalho 2016-17**, a OCDE junto com a Fundação Itaú e o MEC preparou um perfil das **Perspectivas das Políticas Educacionais do Brasil**.
- O relatório **Habilidades na Ibero-América: Insights from PISA 2012** fornece uma visão geral dos principais desafios na região e recomendações de políticas para ajudar a melhorar os sistemas educacionais.
- A participação nos projetos como PISA e TALIS permitiu ao Brasil avaliar o seu progresso educacional em relação a outros países e construir uma base de informação para desenvolver

políticas educacionais eficazes. O Estado de Santa Catarina está participando no projeto do Centro de Pesquisa e Inovação da Educação para a promoção e avaliação da progressão nas habilidades de pensamento criativo e crítico, em colaboração com o Instituto Ayrton Senna. O Estado de Santa Catarina também realizou uma **Avaliação da OCDE da Educação em Santa Catarina (2010)** que tem sido um ponto de referência para as reformas políticas no estado.

O engajamento do Brasil com a OCDE na área da educação tem um futuro promissor. Em 2018, a OCDE lançou **Habilidades na Ibero-América** que inclui os últimos resultados do PISA e do PIAAC e fornece uma visão geral dos principais desafios que os países Ibero-americanos enfrentam hoje, e oferece algumas recomendações de como melhorar a qualidade e equidade do sistema de ensino da região. O relatório foi lançado em evento organizado pelo MEC e a SEGIB em São Paulo.

A OECD está realizando atualmente uma revisão de **Garantia da Qualidade do Sistema de Ensino Superior do Brasil**. O projeto é realizado em parceria com a CONAES e CAPES.

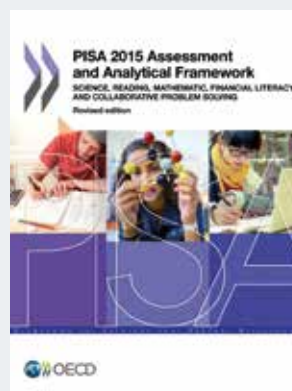
Além disso, o Brasil foi convidado a participar do projeto o **Futuro da Educação e Habilidades: Educação 2030**, que está desenvolvendo uma ferramenta para ajudar países a antecipar e prepara seus sistemas educacionais para o futuro. O Brasil está envolvido nas discussões relacionadas ao quadro de aprendizagem e no Questionário de Política sobre Reformulação de Currículo Escolar.

www.oecd.org/pisa/
www.oecd.org/pisa/aboutpisa/pisafordevelopment.htm
www.oecd.org/edu/school/talis.htm
www.oecd.org/skills/piaac/
www.oecd.org/edu/ceri/



“Os resultados do PISA são de grande importância para ajudar a conduzir reformas de inclusão e melhoria da qualidade do ensino, definir políticas de mais equidade e valorização dos professores.”

Maria Helena Guimarães Castro, Vice-Ministra da Educação



ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO



Medindo o bem-estar



A vida está mesmo melhorando? Como podemos saber? Quais são os ingredientes-chave para melhorar a vida – melhor educação, meio ambiente, saúde ou habitação? O progresso significa a mesma coisa para todas as pessoas ou em todos os países e sociedades?

A *Iniciativa Vida Melhor da OCDE* centra-se no desenvolvimento de estatísticas para captar os aspectos da vida considerados importantes para as pessoas e que determinam a qualidade de suas vidas. Isto permite uma melhor compreensão do que impulsiona o bem-estar dos povos e nações, e o que precisa ser feito para alcançar maior progresso para todos. Os dois principais produtos dessa iniciativa são o Índice para uma *Vida Melhor (Better Life Index)* e o **relatório Como Está a Vida? (How's Life?)**.

O Índice para uma Vida Melhor é uma ferramenta interativa baseada na web que convida você a criar seu próprio índice com base em 11 dimensões essenciais para o bem-estar, desde saúde e educação ao ambiente local, segurança pessoal e satisfação com a vida, bem como medidas mais tradicionais, como a renda

Você pode então comparar o bem-estar em todos os países e compartilhar seu índice com outras pessoas, bem como com a OCDE. O Índice para uma Vida Melhor inclui dados para os países da OCDE e também para o Brasil e está disponível em inglês, francês, alemão, russo, espanhol, português e italiano.

Como Está a Vida? Medindo o Bem-estar é um relatório semestral. O relatório pinta um quadro amplo de como é a vida nos países da OCDE e outras grandes economias, observando as condições materiais e imateriais e a qualidade de vida das pessoas ao longo de 11 dimensões da Iniciativa Vida Melhor,

Este relatório é uma resposta a uma demanda de cidadãos e formuladores de políticas por informações melhores e mais comparáveis sobre o bem-estar e o progresso social das pessoas. A terceira edição de **Como vai a vida?** inclui estudos

aprofundados de três questões transversais chave: bem-estar infantil, o voluntariado e sua relação com o bem-estar e bem-estar em nível regional. Juntamente com a publicação, uma nota referente ao Brasil apresenta resultados baseados no conjunto de indicadores de bem-estar utilizados para a Iniciativa Vida Melhor e mostra o que os usuários brasileiros do Índice para uma Vida Melhor estão nos dizendo sobre suas prioridades de bem-estar.

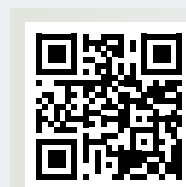
www.oecd.org/statistics/howslife.htm

www.oecd.org/statistics/better-life-initiative.htm

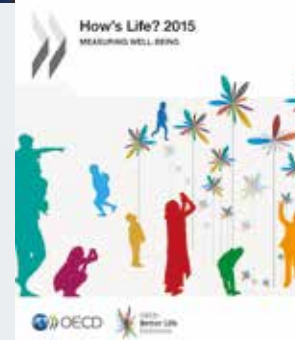
<http://oe.cd/how-is-life>

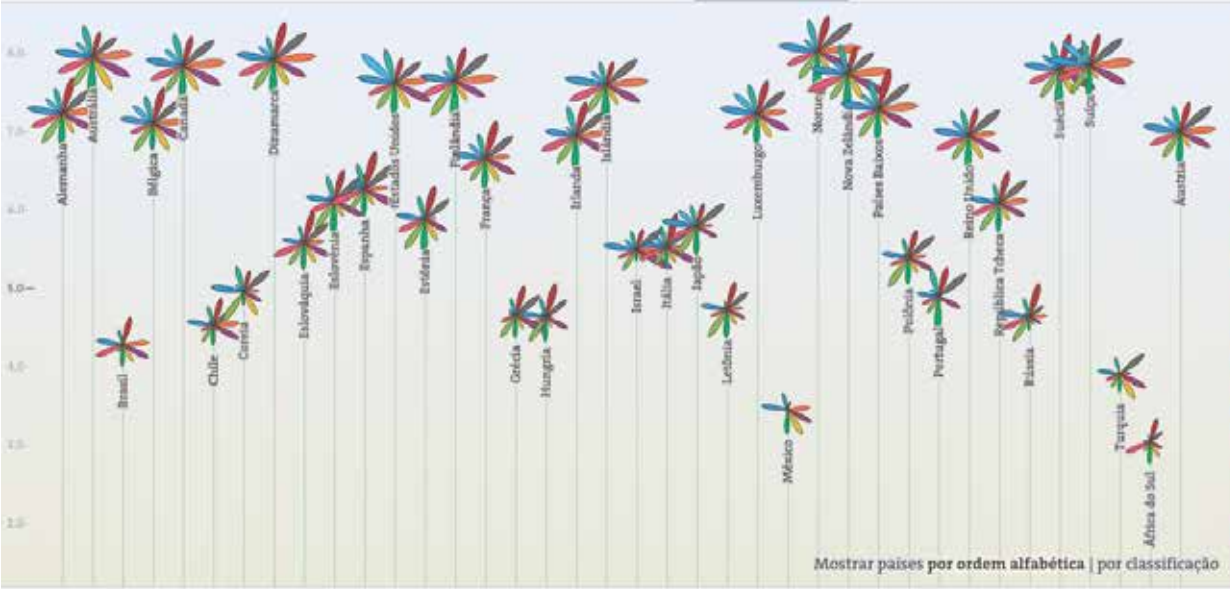


🔗 Lançamento da versão em português do Índice para uma Vida melhor com a lenda do futebol Pelé. Brasil, junho 2014.



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO





Crie seu Índice para uma Vida Melhor

Classifique os quesitos conforme a importância para você:

- Moradia
- Renda
- Empregos
- Comunidade
- Educação
- Meio ambiente
- Engajamento cívico
- Saúde
- Satisfação pessoal
- Segurança
- Vida/Trabalho

Reiniciar Ajuda

Desigualdades de Sexo

Comparar seu Índice

Compartilhar seu Índice

Como vai a vida no Brasil?



Brazil

Gender: Male Female

Age:

Topics:

seu Índice para uma Vida Melhor

www.oecdbetterlifeindex.org/pt/

Promovendo coesão social e territorial



A desigualdade de renda no Brasil está entre as mais altas do mundo. No entanto, em contraste com os países da OCDE, o Brasil está conseguindo reduzir esta desigualdade desde o início do século 21.

O tamanho da classe média é significativamente menor do que na maioria dos países OCDE. No entanto, aumentou e, diferentemente de outras economias emergentes, é agora o maior grupo de renda do país. Ao longo da última década, a pobreza extrema diminuiu drasticamente, mas a pobreza relativa ainda é alta, principalmente entre crianças e jovens. De fato, o risco de pobreza em comparação com a população média é 50% maior entre crianças e 50% menor entre pessoas com 75 ou mais. São necessárias mais políticas sociais para consolidar os progressos recentes e superar tanto os novos desafios quanto os persistentes.

Os gastos públicos com políticas sociais no Brasil, um pouco acima de 16% do PIB, é o mais próximo da média da OCDE (de 21%) entre as economias emergentes. Os gastos públicos em benefícios para idosos somam 10% do PIB no Brasil, contra 8% na média dos países da OCDE. Isso é ainda mais pungente, considerando-se que o Brasil é um país relativamente jovem com oito pessoas em idade de trabalhar por idoso, duas vezes mais que a média da OCDE. Gastos com outros programas sociais, como, por exemplo, “Bolsa Família”, que apoia famílias de baixa renda com filhos, é relativamente limitado.

O acesso a cuidados de saúde de qualidade também é uma dimensão importante para a redução das desigualdades. O Brasil fez progressos significativos na melhoria da saúde pública nas últimas décadas. O sucesso do Brasil pode ser atribuído ao estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) que dá direito a todos os cidadãos brasileiros a cuidados de saúde gratuitos no nível primário, secundário e terciário.

Avanços importantes estão sendo realizados na inclusão do Brasil em diferentes bases de dados da OCDE relacionadas ao bem-estar social. Dados estatísticos sobre a saúde no Brasil

estão disponíveis nas Estatísticas de Saúde da OCDE e na publicação *Resumo da Saúde (Health at a Glance)*.

O Centro de Desenvolvimento da OCDE iniciou um projeto junto com o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) para analisar os vínculos entre investimento em proteção social e crescimento inclusivo. Sediado em Brasília, o IPC-IG é uma parceria entre o governo brasileiro - representado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) - e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A pesquisa busca identificar e quantificar o papel da proteção social no crescimento inclusivo através de estudos de caso no Brasil, Alemanha, Gana e Indonésia (a ser lançado em 2018).

O **Relatório Territorial do Brasil** mostra que o Brasil tem a oportunidade de alcançar um crescimento econômico sustentado e ao mesmo tempo reduzir as disparidades sociais e regionais. A análise sugere que os programas sociais voltados para os pobres precisam ser complementados com políticas destinadas a gerar fontes locais de crescimento e novos empregos. O relatório destaca que o impacto dos programas de redução de pobreza pode ser reforçado combinando esforços com as políticas regionais e locais.

www.oecd.org/social

www.oecd.org/regional



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO





INDÚSTRIA E INOVAÇÃO



Promovendo uma indústria do aço vibrante

O Brasil desempenha um papel importante no mercado mundial de aço e produtos derivados. O país é um dos maiores produtores de minério de ferro do mundo e é de longe o maior produtor de aço da América Latina. No entanto, o setor siderúrgico no Brasil tem enfrentado muitos desafios.

Hoje, a capacidade de produção mundial supera a demanda por aço em mais de 750 milhões de toneladas. Isso leva a uma rentabilidade insustentavelmente fraca para muitos produtores de aço - inclusive no Brasil -, distúrbios comerciais importantes e uma escalada de ações comerciais contra importações de aço em muitos países. O Brasil é a 9ª maior economia de produção de aço do mundo. Em 2016, a produção de aço no Brasil atingiu 31,3 milhões de toneladas, representando 2% da produção global de aço bruto e a maior parte da produção siderúrgica da América do Sul.

O Comitê do Aço da OCDE tem desfrutado de uma relação longa e produtiva com o Brasil, que participa ativamente nas discussões do Comitê como um Associado, do qual foi Vice-Presidente entre 2013-15.

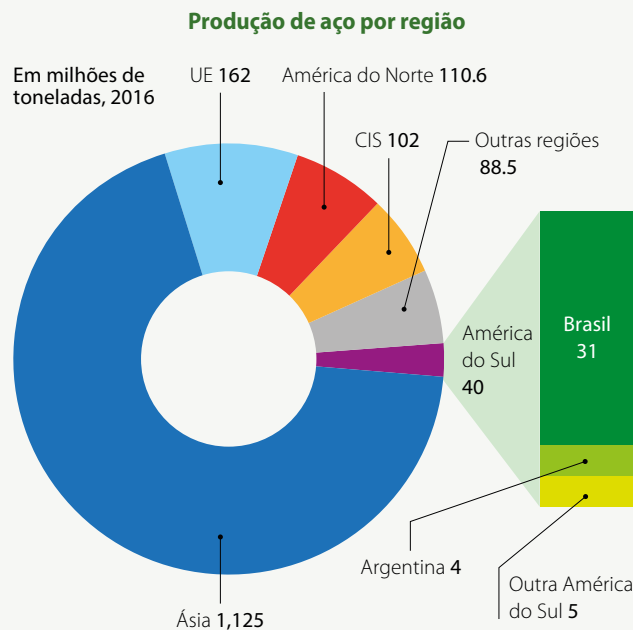
Dada a urgência da situação enfrentada pelo setor do aço global, em setembro 2016, líderes do G20 pediram uma maior troca de informação e maior cooperação através da criação do Fórum Global sobre Excesso de Capacidade de Aço (GFSEC), que será facilitado pela OCDE. O Fórum foi estabelecido em Berlim em Dezembro de 2016. O GFSEC possui atualmente 33 membros, que juntos representam mais de 90% da produção mundial de aço. O Brasil é um membro ativo do GFSECV e um dos membros fundadores do Grupo Diretor do Fórum.

A cooperação com o Brasil no Comitê de Aço e no GFSEC contribuiu significativamente para o diálogo internacional sobre a questão do excesso de produção, o comércio, os avanços tecnológicos da indústria e os desafios ambientais, relacionados ao aço. O GFSEC tem como objetivo aumentar a transparência no que diz respeito aos desenvolvimentos da capacidade siderúrgica e as políticas e

medidas governamentais relevantes, fornecendo uma plataforma única para o desenvolvimento de ações coordenadas e efetivas para enfrentar o desafio global de excesso de capacidade.

A OCDE também está empenhada em colaborar com as partes interessadas da indústria siderúrgica brasileira, particularmente por meio do Instituto Brasileiro de Siderurgia e da Associação Latino-americana de Siderurgia, que são regularmente convidados para reuniões e oficinas do Comitê do Aço para compartilhar seus pontos de vista sobre as perspectivas do mercado e para informar os formuladores de políticas públicas de sua posição sobre questões estruturais e comerciais

www.oecd.org/sti/ind/steel.htm



Fonte: Associação Mundial do Aço



MEIO AMBIENTE E ENERGIA

Fomentando o desenvolvimento sustentável



À medida que as economias do mundo se tornam mais integradas, o crescimento econômico tem criado problemas ambientais que exigem soluções globais. Para garantir que os recursos naturais sejam preservados para as gerações futuras, o desenvolvimento social e econômico deve ser acompanhado de políticas ativas de países específicos e da comunidade internacional.

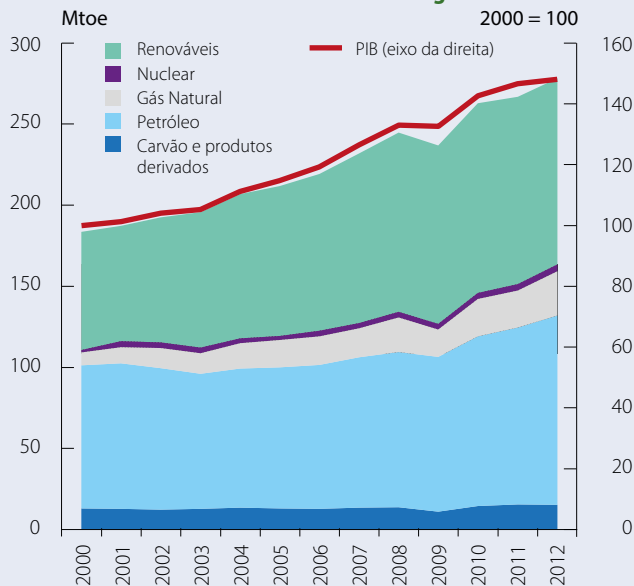
A *Avaliação do Desempenho Ambiental do Brasil da OCDE* foi lançada em 2015 e avalia o progresso do país rumo ao desenvolvimento sustentável e uma economia verde, com um foco na conservação da biodiversidade e o gerenciamento de áreas de proteção. Ele ressalta o progresso brasileiro na redução do desflorestamento e da emissão de gases de efeito estufa, assim como no aumento de áreas de proteção e acesso a água e esgoto.

O relatório identifica 53 recomendações para ajudar o Brasil a melhorar a implementação de políticas ambientais e econômicas, sua coerência, eficiência e eficácia. Ele fornece análises independentes e baseadas em dados e boas práticas, destacando como o Brasil pode abordar pressões ambientais persistentes, garantindo simultaneamente um crescimento econômico sustentado.

www.oecd.org/environment

www.oecd.org/env/countryreviews

As energias renováveis compõem uma parcela cada vez maior do fornecimento de energia



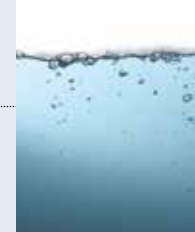
Fonte: Avaliação da OCDE de Desempenho Ambiental do Brasil 2015 (OECD Publishing), Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264240094-en>



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO



Promovendo a boa governança da água



Fazer uso da água para impulsionar o crescimento sustentável requer investimentos em infraestrutura, informação e instituições sólidas. Os serviços hídricos de boa qualidade são caros e requerem uma gestão eficiente da água. O Brasil tem feito progressos notáveis na gestão dos recursos nas últimas décadas. No entanto, reformas adicionais poderiam fortalecer ainda mais a sustentabilidade dessas políticas.

Água é abundante no Brasil, mas distribuída de forma desigual entre regiões e cidadãos. O Brasil enfrenta ao mesmo tempo períodos de estiagem de um lado e de alagamentos de outro. Por exemplo, a seca de 2015 na região de São Paulo ocorreu ao mesmo tempo que a região amazônica sofria graves inundações. As tendências econômicas, demográficas e climáticas futuras tornam essas questões mais críticas, pois afetam a variabilidade, a disponibilidade e a demanda de água e aumentam o número de pessoas em zonas de risco.

Colocar um preço na água pode sinalizar a sua escassez ou o custo da poluição. Assim, os preços podem promover a eficiência da água. A carga de água pode desempenhar um papel importante no aprimoramento da segurança da água, favorecendo o crescimento econômico e melhorando o bem-estar social. **Como parte do Programa de Trabalho 2016-17**, o relatório da OCDE **Cobranças pelo uso de recursos hídricos no Brasil** analisa por que a cobrança pode contribuir para vários objetivos políticos de curto e longo prazo no Brasil, e como a cobrança pelo uso de recursos hídricos pode funcionar e cumprir com os seus objetivos. Nesse sentido, são apresentadas recomendações políticas e um plano de ação detalhado que sugere instituições e entidades que apoiam a sua implementação e que podem liderá-lo no curto, médio e longo prazo.

O documento também traz informações sobre como a cobrança pode funcionar e cumprir com os seus objetivos de forma satisfatória, considerando as diversidades regional, climática e hidrográfica, além da dimensão territorial do país. Para cumprir

com seus objetivos, o relatório foi elaborado a partir de estudos de caso sobre as Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (MG, RJ e SP) e dos Rios Piancó-Piranhas-Açu (PB e RN), bem como a experiência do estado do Rio de Janeiro e também de boas práticas de diversos países.

O relatório fornece um Plano de Ação e uma ferramenta de auto avaliação para o projeto e implementação de tarifas de água para apoiar as autoridades interessadas com etapas práticas e uma indicação de quem pode fazer que no curto, médio e longo prazo.

Em setembro 2015, a OCDE lançou o relatório **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil** que avalia o desempenho da governança dos recursos hídricos no Brasil e sugere recomendações de políticas para o fortalecimento da coordenação entre os diferentes níveis de governo e para a criação de regime de alocação de água que poderiam lidar melhor com riscos futuros. O relatório também se concentra no Pacto Nacional de Gestão Hídrica como ferramenta para reforçar a integração entre os sistemas federais e estaduais de recursos hídricos.

www.oecd.org/water/
www.oecd.org/water/country-policy-dialogues.htm#Brazil



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO



Desenvolvendo a estratégia energética

O Brasil está na ponta do desenvolvimento da exploração de energia em águas profundas e de baixa emissão de carbono. A Agência Internacional de Energia (AIE) tem trabalhado juntos para encontrar soluções para um futuro energético sustentável e seguro.

Em 31 de Outubro de 2017, o Brasil associou-se a **Agência Internacional de Energia** como um país Associado, abrindo novas vias de cooperação. O anúncio foi feito em Brasília por Fernando Coelho Filho, Ministro de Minas e Energia, Aloysio Nunes, Ministro das Relações Exteriores e Dr. Fatih Birol, Diretor Executivo da AIE. O Dr. Birol e o Ministro Coelho também assinaram um programa de trabalho de três anos destacando uma série de questões de interesse mútuo.

As escolhas e realizações da política energética do Brasil estão bem alinhadas contra alguns dos desafios energéticos mais importantes do mundo. Um esforço intenso resultou em um acesso à eletricidade quase universal em todo o país. Quase 45% da demanda de energia primária é atendida por energia renovável, tornando o setor de energia do Brasil um dos menos intensivos em carbono do mundo.

O Brasil e a AIE planejam trabalhar conjuntamente em uma ampla gama de atividades relacionadas à energia. Estes incluem a implementação da Plataforma Biofuture, que visa promover a coordenação internacional em combustíveis avançados com baixa emissão de carbono. A AIE também apoiará o desenvolvimento de plano decenal de eficiência energética do Brasil e organizará um evento de capacitação em eficiência energética no Brasil para compartilhar experiências regionais e globais. Além disso, o programa de trabalho inclui a troca das melhores práticas na integração da rede de renováveis, design do mercado de gás e uma estreita cooperação em iniciativas de energia limpa, inclusive através do G20 e da Ministerial de Energia Limpa.

A AIE apoia as iniciativas multilaterais de tecnologia que estão abertas a todos os países do mundo, ao setor privado e às organizações internacionais. Os participantes nos Acordos de Implementação da AIE trabalham em uma variedade de tecnologias e atividades destinadas a ampliar a base de conhecimento ou a construir capacidades nacionais, por exemplo, através de financiamento de projetos, modelização ou pesquisa. O Brasil participa, entre outros, do Acordo de Implementação de Hidrelétrica da IEA e foi coautor do Roteiro Global da Tecnologia da Hidrelétrica da IEA.

A última edição do relatório **Balancos Energéticos do Mundo (2017)**, apresenta dados detalhados para mais de 100 países, incluindo fornecimento e consumo de carvão, petróleo, gás natural, eletricidade, calor, energias renováveis e de resíduos do Brasil, assim como muitos outros países latino-americanos, como a Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Peru, Trinidad & Tobago, Uruguai e Venezuela.

www.iea.org
www.worldenergyoutlook.org
www.iea.org/publications/freepublications/publication/technologyroadmap-hydropower.html



ESCANEEI
PARA LER O
RELATÓRIO



Aprimorando a energia nuclear e outras aplicações nucleares

Energia nuclear é uma tecnologia que fornece eletricidade de forma confiável em larga escala, contribui para a segurança do fornecimento de energia e é uma solução comprovada para a mudança climática e a poluição do ar.

A **Agência de Energia Nuclear (NEA)** é uma agência especializada, no âmbito da OCDE, que auxilia os 31 países membros a manter e desenvolver as bases científicas, tecnológicas e legais necessárias para o uso seguro, ecológico e econômico da energia nuclear para fins pacíficos. Os 33

membros da agência são responsáveis por cerca de 84% da capacidade de produção de eletricidade nuclear do mundo.

O Brasil tem dois reatores de energia nuclear, que fornecem cerca de 3% da eletricidade do país, e está sendo construído um terceiro reator e considerando a construção de outros. As atividades nucleares do país incluem o enriquecimento de urânio e a fabricação de combustível nuclear. O Brasil tem a oitava maior reserva de minério de urânio do mundo.

O Brasil é um importante e crescente mercado para os radioisótopos médicos e o seu envolvimento ativo nas atividades do Grupo de Alto Nível da NEA sobre a Segurança no Fornecimento de Radioisótopos Médicos (HLG-MR) é bastante apreciada.

Embora hoje não tenha atuação efetiva no Fórum Internacional Geração IV (GIF), para o qual a NEA atua como Secretaria Técnica, o Brasil é um dos seus membros fundadores. A GIF realiza uma pesquisa internacional para desenvolver reatores com melhor desempenho em termos de segurança, resistência à proliferação, desempenho econômico, melhor utilização dos recursos naturais e minimização de resíduos. A NEA também garante o Secretariado Técnico para o Quadro Internacional para Cooperação em Energia Nuclear (IFNEC), do qual o Brasil participa como observador.

www.oecd-nea.org

www.gen-4.org

www.ifnec.org



☉ Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Dois reatores estão já em atividade. Angra I entrou em funcionamento em 1985 e Angra II em 2000.



Fortalecendo a segurança química e transgênica

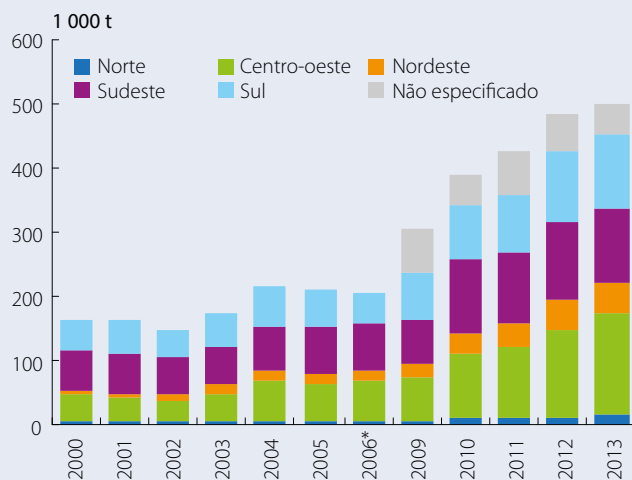
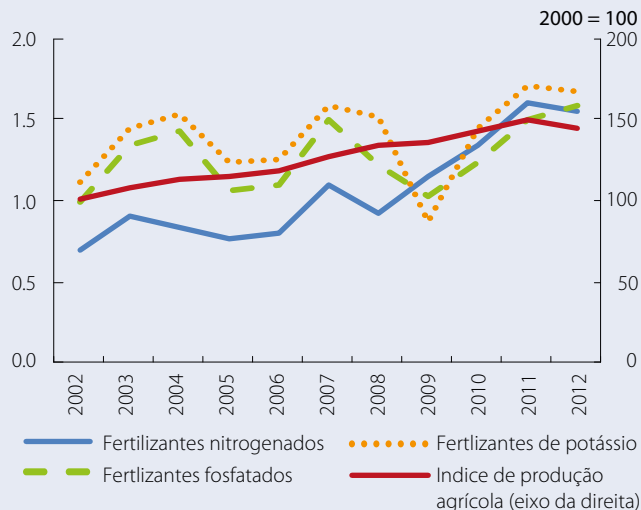
O Brasil alcançou progressos extraordinários na indústria química e transgênica na década passada. Este desenvolvimento tem sido fundamental para o crescimento Econômico e melhoria social do país; a segurança, no entanto, não pode ser negligenciada neste processo.

O Brasil aderiu ao sistema de Mútua Aceitação de Dados (MAD), um sistema da OCDE para a aceitação mútua de dados de Avaliação de Produtos Químicos, que permite que os resultados dos testes não clínicos de segurança de produtos químicos sejam compartilhados entre a OCDE e os países parceiros aderentes ao MAD. Como muitos países da OCDE, o Brasil está envolvido no desenvolvimento e utilização de métodos alternativos de testes in vitro de produtos químicos. O Brasil está também cada vez mais engajado nos arranjos de compartilhamento de trabalhos de avaliação de pesticidas e com a Rede de Autoridades Competentes Nacionais da OCDE, que combate o tráfico internacional ilegal de pesticidas. O Brasil se beneficia do Programa de Produtos Químicos da OCDE, que apoia os esforços do governo e do setor industrial para gerenciar os riscos de produção e utilização de produtos químicos industriais, nanomateriais, pesticidas, biocidas, e novos alimentos e rações. O programa também trata de áreas de interesse comum, tais como os acidentes químicos e o desenvolvimento dos Registros de Emissão e Transferência de Poluentes, que informam o público sobre a quantidade de produtos químicos perigosos lançados no ar, água e solo.

Como o Brasil está atualmente criando seu sistema de gerenciamento de produtos químicos industriais, nossa colaboração tem como objetivo cooperar mais em áreas de trabalho relevantes para a nova legislação brasileira, como a definição de prioridades e as metodologias de avaliação de riscos.

www.oecd.org/chemicalsafety/

O uso de produtos químicos na agricultura é alto e está aumentando



Fonte: Avaliação da OCDE de Desempenho Ambiental do Brasil 2015 (OECD Publishing), Paris



UM ATOR GLOBALE REGIONAL



Promovendo uma cooperação efetiva para o desenvolvimento

O Brasil é um importante provedor de cooperação Sul-Sul e concentra seu programa na América Latina e na África. Isso enriquece as discussões na OCDE sobre a promoção efetiva do desenvolvimento e questões relacionadas ao financiamento do desenvolvimento.

De acordo com os números mais recentes publicados pelo governo brasileiro, a cooperação brasileira total para o desenvolvimento atingiu US\$ 923 milhões em 2013. Além de contribuições do país para organizações multilaterais, como o Banco Mundial e as Nações Unidas, o Brasil está envolvido ativamente nas novas estruturas multilaterais que estão sendo

criadas, incluindo o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

O Brasil e a OCDE tem fortalecido sua cooperação através do trabalho em questões relacionadas à cooperação triangular, compreendendo diferentes formas de medir a cooperação e monitoramento e avaliação do desenvolvimento. O Brasil participa regularmente das reuniões sênior e de alto nível do DAC, enquanto a OCDE participou de um evento para marcar o 30º aniversário da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

www.oecd.org/dac

O DAC: POSSIBILITANDO O DESENVOLVIMENTO EFETIVO

Através de parcerias inclusivas para o desenvolvimento, o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (DAC) ajuda a melhorar a vida das pessoas no mundo do desenvolvimento:



Buscando a colaboração dos sindicatos, da comunidade empresarial e das fundações

Com a intensificação das interconexões dos mercados globais, a colaboração internacional não deve ficar restrita ao nível governamental. Como podemos atrair as comunidades de negócios, as fundações e os sindicatos para o diálogo internacional?

O **Comitê Consultivo Sindical (TUAC)** é uma organização sindical internacional que tem status consultivo junto à OCDE e seus vários comitês. O TUAC trabalha em estreita colaboração com a Confederação Sindical Internacional e com a Confederação Sindical das Américas para garantir que a voz dos trabalhadores em países fora da OCDE também seja ouvida. A Central Única dos Trabalhadores e outros centros sindicais participam de trabalhos realizados na TUAC para preparar as posições tomadas pelos Sindicatos Globais no G20 e outros fóruns.

A OCDE tem dado à comunidade empresarial assento na mesa em grandes discussões sobre políticas públicas. O **Comitê de Aconselhamento Empresarial e Industrial (BIAC)**

funciona como a voz do empresariado em nome de grandes organizações industriais e patronais. O Brasil, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), interage ativamente com as principais organizações empresariais da OCDE e de países não membros da OCDE. Os membros do BIAC participam de discussões e de formação de políticas públicas por meio de consultas com a liderança, delegados governamentais, comitês e grupos de trabalho, e dão, em primeira mão, ideias, conselhos e a perspectiva da indústria. Como resultado, as políticas e os programas são reforçados e mais bem posicionados funcionar realmente no mercado. A OCDE também trabalha em estreita colaboração com a **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)**. Em novembro de 2015, a FIESP organizou um evento em São Paulo, *Uma Agenda Positiva para o Brasil*, com o Secretário Geral da OCDE, Ministérios e autoridades do Brasil, representantes do setor privado e da academia.

A **Rede de Mercados Emergentes (EMNet)**, lançada em 2007, é uma iniciativa dedicada ao setor empresarial, que serve como plataforma de diálogo e intercâmbio de experiências entre as



corporações multinacionais com sede nos países da OCDE e seus homólogos nas economias emergentes. A EMNet promove intercâmbios sobre restrições aos negócios nos mercados emergentes e da OCDE, entre seus membros. Ao lado de executivos de empresas, a EMNet envolve os formuladores de políticas públicas e especialistas da OCDE em sessões fechadas, proporcionando uma conversa franca sobre restrições comuns. A EMNet conta com uma empresa brasileira membro ativo em nível global: a Odebrecht, buscando negócios nas áreas de engenharia, construção, química e petroquímica.

A **Rede Global de Fundações Trabalhando para o Desenvolvimento (netFWD)** reúne fundações auto-selecionadas, comprometidas em otimizar o impacto da filantropia para o desenvolvimento por meio da troca de experiências, da influência na formulação de políticas públicas e do desenvolvimento de parcerias inovadoras. O Centro de Desenvolvimento da OCDE lançou a netFWD em 2012, reconhecendo não só o papel cada vez mais importante das fundações na área do desenvolvimento e das práticas

inovadoras que emergem do setor filantrópico, mas também a demanda por uma plataforma de cooperação e intercâmbio. A cooperação com o setor filantrópico brasileiro tem sido forte desde o início da Rede, com dois membros fundadores e associados do país: Instituto Ayrton Senna e a Worldwide Initiative for Grantmaker Support (WINGS).

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), um dos principais centros de pesquisa do mundo, tem sido um Parceiro de Conhecimento do **Fórum da OCDE**, evento emblemático da Organização, desde 2010. Eles também participaram ativamente no trabalho de levar o Índice da Better Life da OCDE a uma audiência brasileira, ajudando a lançar a sua versão em língua portuguesa em 2015.

Além disso, parlamentares da região estão se tornando cada vez mais envolvidos na **Rede Parlamentar Global da OCDE**, que visa a facilitar o diálogo entre parlamentares sobre a aprovação e a implementação de reformas. Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador e México têm participado de reuniões da Rede.

Anexos

OCDE DE HOJE: MELHORES POLÍTICAS PARA UMA VIDA MELHOR

Governance structure

A OECD é estruturada entorno do Conselho, Comitês e Secretariado:

- O poder de decisão é investido ao Conselho da OCDE. Supervisionando o funcionamento da Organização e dando orientação estratégica, é composto por um representante por país membro, mais um representante da Comissão Européia. As decisões são sempre tomadas por consenso.
- No nível de Comitês, representantes de países membros e países com status de observador das delegações permanentes para a OCDE ou de suas capitais participam de reuniões para solicitar, rever e contribuir para o trabalho realizado pelo Secretariado. Os termos da participação dos parceiros nos comitês são discutidos na página 63.

- O Secretariado coleta dados, realiza pesquisas e analisa e produz propostas de políticas públicas. O Secretário-Geral dirige o Secretariado e é apoiado por um ou mais Secretários-Gerais Adjuntos. O Secretário-Geral também preside o Conselho, fornecendo a ligação entre as delegações nacionais e o Secretariado.

Metodologia de trabalho

Através da OCDE, os governos trabalham em conjunto em uma abordagem multidisciplinar para desenvolver orientações políticas baseadas em evidências, envolvendo cada vez mais diferentes partes da sociedade, incluindo parlamentares, comunidades empresariais e sociedade civil. Com base em estatísticas comparáveis coletadas entre os governos membros e parceiros, o Secretariado da OCDE analisa as experiências políticas dos países e identifica as melhores práticas. As “avaliações por pares”, baseadas no diálogo e na construção de consenso, permitem um monitoramento efetivo do progresso da reforma em uma ampla gama de áreas políticas. As boas práticas e as recomendações políticas identificadas contribuem para a concepção de novos padrões internacionais sob a forma de “instrumentos”, conforme descrito na página 61.

Estrutura de governança da OCDE



A OCDE trabalha em uma ampla gama de áreas políticas



INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA OCDE: FACILITANDO A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COORDENAÇÃO

Por mais de 50 anos, a OCDE tem desenvolvido diretrizes e padrões de políticas públicas que promovam a igualdade de condições e melhorem o diálogo na comunidade internacional. Atualmente há cerca de 260 instrumentos jurídicos da OCDE, que estabelecem normas vinculantes e não vinculantes em quase todas as áreas de trabalho da Organização.

A maioria deles são Decisões e Recomendações do Conselho (conhecidas em conjunto como "Atos da OCDE"; veja acts.oecd.org). Duas outras categorias de instrumentos jurídicos foram desenvolvidas pela prática da Organização, a saber, Declarações e Acordos Internacionais celebrados no âmbito da OCDE.

Talvez os exemplos mais conhecidos sejam a Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais (e Atos da OCDE relacionados), da qual o Brasil é Aderente desde 1997; a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da qual o Brasil é signatário desde 2000; e a Convenção sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal, que o Brasil assinou em 2011, mas ainda não ratificou.

Um esforço concentrado está sendo feito hoje para integrar ainda mais as perspectivas do Brasil em atividades de definição de normas da OCDE. Particularmente, a participação do Brasil e de outros Parceiros-Chave no desenvolvimento de novos instrumentos jurídicos e na revisão dos já existentes é crucial para garantir sua relevância global.

BRASIL ADERE ATUALMENTE A 37 INSTRUMENTOS LEGAIS DA OCDE:

Agricultura

- Decisão do Conselho Revisor dos Esquemas da OCDE para a Certificação Varietal ou o Controle das Sementes Destinadas ao Comércio Internacion
- Declaração sobre melhores políticas para alcançar um sistema alimentar global produtivo, sustentável e resiliente.

Anticorrupção

- Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais
- Recomendação do Conselho para Ampliar o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais
- Recomendação do Conselho para os Agentes de Cooperação para o Desenvolvimento sobre a Gestão do Risco de Corrupção
- Declaração sobre o Combate contra o suborno de Funcionários Estrangeiros - Rumo a uma Nova Era de Implementação

Área Química

- Decisão do Conselho relativa à Aceitação Mútua de Dados de Avaliação de Produtos Químicos
- Decisão-Recomendação do Conselho sobre Conformidade com os Princípios das Boas Práticas Laboratoriais

Defesa da Concorrência

- Recomendação do Conselho relativa à Ação Efetiva contra os Cartéis Graves
- Recomendação do Conselho Relativa à Cooperação Internacional de Investigações e Procedimentos de Defesa da Concorrência
- Recomendação do Conselho sobre a Avaliação da Concorrência

Anexos

- Recomendação do Conselho sobre a Separação Estrutural em Indústrias Regulamentadas
- Recomendação do Conselho sobre o Combate a Conluio em Licitações Públicas

Governança Corporativa

- Princípios de Governança Corporativa da OCDE / G20

Economia Digital

- Declaração sobre Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Era Digital e Global (Declaração de Daejeon)

Créditos de Exportação

- Convênio relativo a Créditos à Exportação com Apoio Oficial
- Recomendação do Conselho sobre Suborno e Créditos à Exportação com Apoio Oficial

Matéria Tributária

- Declaração sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros
- Declaração sobre Troca Automática de Informações em Matéria Tributária
- Recomendação do Conselho sobre Medidas Tributárias para Ampliar o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais
- Convenção sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal conforme Alterada pelo Protocolo que altera a Convenção sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria de Imposto

Investimento Internacional e Empresas Multinacionais

- Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais
- Recomendação do Conselho sobre Medidas de Países Membros relativas ao Tratamento Nacional de Empresas com Controle Estrangeiro em Países Membros da OCDE e Baseadas em Considerações de Ordem Pública e Interesse Essencial de Segurança

- Recomendação do Conselho concernente a Exceções de Países Membros a Tratamento Nacional e Medidas relacionadas a Tratamento Nacional sobre Investimento por Empresas com Controle Estrangeiro Estabelecidas

- Recomendação do Conselho sobre Exceções dos Países Membros para Tratamento Nacional e Medidas relativas a Tratamento Nacional sobre o Setor de Serviços

- Recomendação do Conselho sobre Exceções dos Países Membros a Tratamento Nacional e Medidas relativas a Tratamento Nacional na Categoria de Subvenções e Subsídios Oficiais

- Recomendação do Conselho sobre Guia de Devida Diligência para Cadeia de Fornecimento de Minerais Responsável em Áreas Afetadas por Conflitos ou de Alto Risco

- Decisão do Conselho sobre Incentivos e Desincentivos ao Investimento Internacional

- Decisão do Conselho sobre Exigências Conflitantes impostas a Empresas Multinacionais

- Terceira Decisão Revisada do Conselho relativa ao Tratamento Nacional

- Decisão do Conselho sobre as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais

- Recomendação do Conselho sobre a Orientação sobre a Devida Diligência para uma Cadeia Responsável de Abastecimento no Setor de Vestuário e Calçado

- Recomendação do Conselho sobre a Orientação sobre a Devida Diligência para o Envolvimento de Partes Interessadas no Setor Extrativo

Decoro, Integridade e Transparência

- Declaração sobre Decore, Integridade e Transparência na Condução de Negócios e Finanças Internacionais

Pequenas e Médias Empresas

- A Carta de Bolonha sobre Políticas para as PMEs
- Declaração Ministerial de Istambul sobre Promoção do Crescimento de PMEs Inovadoras e Competitivas em Nível Internacional

Aço

- Diretrizes Multilaterais (Extrato do Anexo da Decisão que cria o Comitê do Aço)

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NOS ÓRGÃOS DA OECD

Com status de Associado:

- Agência Internacional de Energia (país Associado)
- Conselho de Administração do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)
- Organismos relacionados com o MAD [Reunião Conjunta do Comitê de Produtos Químicos e do Grupo de Trabalho sobre Produtos Químicos, Pesticidas e Biotecnologia]
- Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais
- Conselho de Administração do Centro de Desenvolvimento
- Reunião do Comitê de Investimento em sessão alargada para o trabalho relacionado à Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais e Instrumentos relacionados
- Grupo de Trabalho sobre Corrupção em Transações Comerciais Internacionais (WGB)
- Comitê do Aço

Como Participante status:

- Comitê de Governança Corporativa e seu Grupo de Trabalho sobre Empresas Estatais e praticas de privatização
- Comitê de Assuntos Fiscais
- Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS)
- Força Tarefa sobre os Códigos de Liberalização
- Grupo de Trabalho sobre Estatísticas Financeiras (WPFS)
- Grupo de Trabalho sobre Segurança de Produtos para o Consumidor do Comitê de Políticas para o Consumidor
- Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas
- Comitê de Estatística
- Grupo de Trabalho sobre Pensões Privadas
- Grupo de Trabalho Conjunto de Agricultura e Comércio Internacional
- Grupo de Trabalho Conjunto de Comércio Internacional e Meio Ambiente
- Comitê de Governança Pública (PGC)
- Comitê de Agricultura
- Comitê de Defesa da Concorrência
- Comitê de Comércio
- Comitê de Investimentos

Anexos



☞ MCM da OCDE 2017: **Gabriela Ramos**, Chefe de Gabinete e Sherpa para o G20 da OCDE, Embaixador **Marcos Galvão**, Vice-Ministro das Relações Exteriores, **Angel Gurría**, Secretário-Geral da OCDE, e **Henrique Meirelles**, Ministro da Fazenda. Junho 2017. Paris, França.

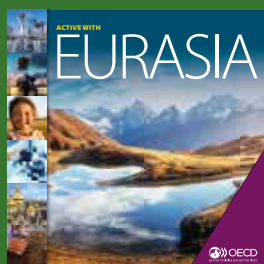
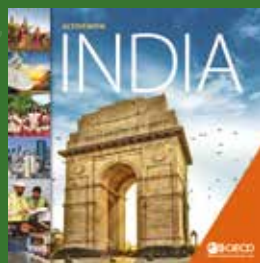
Para novidades e informações sobre o trabalho da OCDE e eventos com o Brasil www.oecd.org/brazil

Veja mais sobre a cooperação entre Brasil e OCDE www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/

OECD iLibrary

Descubra relatórios, dados e análises sobre o Brasil e outras potenciais mundiais no **OECD iLibrary**, a base de conhecimento global – www.oecd-ilibrary.org

A OCDE: uma rede de políticas globais



A **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** é uma organização internacional que ajuda os governos a enfrentar os desafios econômicos, sociais e de governança de uma economia globalizada. A Organização oferece um ambiente onde os governos podem comparar experiências de políticas, buscar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e trabalhar para coordenar políticas domésticas e internacionais.

Os países membros da OCDE são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Letônia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, República Eslovaca, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América.



Secretaria de Relações Globais

OCDE, 2 rue André Pascal

75775 Paris Cedex 16

France

www.oecd.org/globalrelations

www.oecd.org/brazil

GRS.contact@oecd.org

Março de 2018